

1
2
3
4
5
6
7
8

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2009 ÀS 14H e 30MIN, NO AUDITÓRIO DA LACTEC, PRESIDIDA PELO SR. SECRETÁRIO LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES E SECRETARIADA PELO SR. PAULO ROBERTO CASTELLA, SECRETÁRIO EXECUTIVO.

9 **O Sr. Paulo Roberto Castella:-** Boa-tarde a todos. Vamos iniciar a nossa 14ª
10 Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Considerando a falta
11 da Mater Natura que, por motivos alheios, não está presente, vou pedir para a SOS
12 Bicho fazer a substituição, e também, por motivos alheios, a Dra. Franciane, da
13 FAFIPAR, não está presente, convido o Sr. Fernando Pilatti, por assumir a suplência e
14 sentar-se à mesa com a gente.

15 Já temos quórum para a reunião e a nossa Ordem do Dia é a apresentação do
16 Projeto Poeira com o Professor Jorge Callado da Suderhsa e o Rui Muller. Depois
17 teremos a apresentação pelo Caetano, representando o Deputado Sr. Luiz Eduardo
18 Cheida, que fará a apresentação da proposta do Projeto de Lei referente ao período de
19 autodeclaração dos agrotóxicos proibidos.

20 Passo a palavra ao Presidente do CEMA para que faça a abertura da reunião.

21 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Boa-tarde a todos. Desculpe o atraso, mas tive um
22 compromisso em São Luiz do Purunã no ponto mais alto de 1.235 metros, toda aquela
23 beleza daquela região, no Caminho Viamão onde tem uma pessoa lá, o Márcio,
24 tentando resgatar esse Caminho que começa no Rio Grande do Sul e vai até acima de
25 Sorocaba. Estão encontrando objeções dos proprietários rurais no sentido de permitir
26 que haja passagem dos cavalos por este caminho tão tradicional. Fomos discutir uma
27 forma que legalmente possa possibilitar a utilização do caminho que para passar pelas
28 propriedades. Então é uma questão jurídica que ficamos de levantar e discutir com o
29 governo como forma de institucionalizar.

30 Verificado o quórum, a ordem do dia, já lida. Todos receberam antecipadamente
31 nossa programação, é a primeira reunião do ano, este ano vamos dar uma intensidade
32 maior nos nossos trabalhos, até porque estamos fazendo uma alteração no regimento
33 que permita ter várias Câmaras Temáticas para discutir diversos assuntos, e que o
34 Conselho possa trabalhar intensamente. Temos amanhã, a primeira reunião do
35 Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, o Dr. Vitor Hugo se fará presente,
36 onde o Paraná tem dado sua contribuição bastante efetiva nas funções internas. O
37 CONAMA, também, está aumentando de sete para onze Câmaras Técnicas em virtude
38 da amplitude das discussões e também aumentando o número de membros para cada
39 Câmara Técnica até para corrigir um problema de Plenário. Como há uma restrição, que
40 é por setores a participação, quando chega ao plenário tudo é praticamente
41 transfigurado, tudo aquilo que é aprovado nas Câmaras Técnicas, praticamente

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

42 recomeça tudo de novo. Então, acredita-se que o aumento de participantes possa
43 permitir que algo chegue mais quase acabado e definitivo para o plenário.

44 Então temos a apresentação e deliberação de ações necessárias para a
45 execução do Projeto Poeira, que é uma questão extremamente grave que está
46 acontecendo em nosso Estado, algo que está submergido em interesses comerciais e
47 interesses principalmente em relação ao próprio passivo que se estabeleceu a partir daí,
48 e como isso é uma coisa delicada de tocar, não está dentro de um marco regulatório
49 que possa encarar essa sujeira que está debaixo dos nossos tapetes, que é o nosso
50 Estado, para que a gente entre num caminho de solução.

51 Na Assembléia Legislativa está havendo um debate com essa discussão, através
52 do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que é o Presidente da Comissão de Ecologia e Meio
53 Ambiente, no sentido de fazer esta discussão no setor produtivo, no setor que
54 comercializa o agrotóxico e também com a Secretaria de Agricultura e o governo para
55 encaminharmos para uma solução. Temos também a apresentação e discussão do
56 Projeto de Lei Estadual aprovado na Assembléia Legislativa que trata desse assunto;
57 apresentação, discussão e aprovação da proposta de alteração do Regimento Interno
58 do Cema e instituição das Câmaras Temáticas Permanentes, de acordo com o
59 Regimento Interno.

60 Consulto os Conselheiros presentes se têm alguma proposta de alteração ou
61 inversão de pauta ou alguma coisa assim. Não tendo, então vamos manter a pauta
62 como está.

63 Temos o item três, que é o encerramento, que está aberto para as considerações
64 gerais que forem necessárias. Não tendo nenhuma solicitação, vamos passar de
65 imediato para o Jorge Callado que vai fazer, portanto, a apresentação desse projeto.

66 **O Sr. Jorge Augusto Callado Afonso** (Suderhsa):- Boa-tarde, Sr. Secretário,
67 Srs. Conselheiros, demais participantes dessa reunião do Conselho Estadual de Meio
68 Ambiente. O nosso objetivo hoje é apresentar os resultados dos trabalhos de uma
69 Câmara Técnica criada dentro do Conselho Estadual de Meio Ambiente, composta pela
70 Secretaria de Agricultura, pelo setor acadêmico, FAEP, pelo INPEV, para mostrar as
71 principais conseqüências que esta Câmara chegou e buscar, de forma conjunta as
72 soluções reais para esta questão. Nesta Câmara Técnica a Suderhsa atuou como órgão
73 assessor dos demais participantes, por essa razão a Suderhsa, órgão do governo, estar
74 fazendo esta apresentação.

75 Temos um pequeno histórico que vamos falar rapidamente. Na realidade, desde
76 1975, através do convênio entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura,
77 começou a ocorrer a fiscalização do estado desses produtos bem como a venda e o
78 recolhimento de alguns que já estavam proibidos, entre eles o BHC e outros produtos,
79 os chamados poluentes orgânicos persistentes. Muitas vezes, durante esses
80 recolhimentos, os produtos acabavam sendo acondicionados de forma inadequada em

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

81 vários locais do Estado, que é de conhecimento da maioria de todos nós. Então
82 buscando uma solução para isso, para este passivo criado, o Conselho Estadual
83 formatou uma Câmara Técnica que passa a apresentar algumas conclusões desses
84 trabalhos.

85 O objetivo do projeto criado, chamado Projeto Poeira, referente aos poluentes
86 orgânicos persistentes e afins e congêneres, é promover uma retirada de até 1500
87 toneladas de produto BHC existente no Estado. Essa ação, que ali está colocada e
88 outros produtos obsoletos também, vem de uma iniciativa de um cadastramento
89 inicialmente feito pela SEAB/DEFIS, que fizemos esse mapeamento. Só que para retirar
90 1.500 toneladas de uma única vez, foi escalonado num Projeto Piloto que inicialmente
91 prevê a retirada de 150 toneladas. Então, neste projeto piloto inicial, até é importante
92 que se tenha esse projeto para que consiga fazer os ajustes necessários nas 150
93 toneladas iniciais, a área definida para essa retirada seria o Norte Velho do Paraná,
94 também tem a área de Cornélio Procópio, onde teríamos em torno de 142 toneladas,
95 150 toneladas, que provavelmente vai aparecer, produto que já está previamente
96 cadastrado e identificado. Então teremos esse recolhimento.

97 Este projeto piloto é importante, além dos ajustes, claro que é uma ação que
98 passa a ser divulgada, e no caso dos demais produtores que ainda tenham esse produto
99 sob o seu controle, já podem começar uma movimentação pra retiradas futuras.
100 Tivemos um evento muito positivo, muito importante, foi o que aconteceu agora em
101 novembro na Bacia do Ribeirão dos Apertados, onde o governo do estado, através de
102 seus órgãos ambientais, a Defesa Civil, com o apoio do INPEV, conseguimos retirar
103 aproximadamente 3.500 toneladas de produtos que estavam nas propriedades e foram
104 incinerados na Cribel e esse custo, nesse momento, acabou sendo assumido pelo setor
105 da indústria. Então foi uma ação bastante interessante, bastante pró-ativa, assim
106 também como as embalagens vazias que ainda estavam na região da Bacia dos
107 Apertados. Então é um exemplo que pode ser expandido para o tratamento dessa
108 questão. Seriam 1.500, 150 toneladas retiradas no projeto piloto, e as 1.750 restantes
109 faríamos um escalonamento de cinco anos, até porque é um trabalho bastante amplo e
110 vai precisar de todo o apoio da sociedade.

111 Estratégia para isso. Teríamos uma fase de preparo, com divulgação, com
112 cadastramento, uma fase de roteirização e depois a coleta e destinação final. Todas
113 essas fases teriam a participação dos órgãos de governo, da Ocepar e da FAEP e
114 também do INPEV que é o órgão que representa a indústria produtora nesse segmento.
115 Então seriam fases escalonadas pra isso com a participação de todos. Claro que é
116 evidente neste processo também e muito importante o apoio da Defesa Civil, pelo poder
117 que a Defesa Civil quando ela chama as pessoas para que compareçam para o
118 cadastro, geralmente isso é apresentado de uma forma de auxílio.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

119 Os recursos para isso. Todos os recursos, a forma de divisão do rateio das
120 despesas, dados os futuros convênios, as etapas estão separadas, conforme os valores
121 a seguir. Na primeira etapa do projeto piloto, do Projeto Poeira, tem um custo estimado
122 de R\$ 1.125.000,00, em torno de R\$ 7,50 o quilo, segundo as últimas informações do
123 INPEV - depois o INPEV pode falar um pouco mais, através do Eduardo ou do Antônio
124 sobre esse valor de R\$ 7,50 quilo - e que tenhamos, então, de retirada inicial de 150
125 toneladas em torno do rateio de um terço para cada participante. Essa seria uma
126 proposta inicial para que venha ser discutida, venha ser aprofundada. Então, seria a
127 Ocepar e a FAEP, INPEV e provavelmente ou possivelmente parte do governo do
128 Estado. Então seria essa divisão, esse método tripartite para a retirada inicial das 150
129 toneladas para que acontecesse o quanto antes possível. Depois, as restantes 1.750
130 toneladas, queria que o Rui explicasse um pouco mais com relação aos custos, mas
131 temos ainda uma escala de cinco anos para que isso venha acontecer.

132 O **Sr. Rui Muller**:- A segunda etapa tem um custo aproximadamente de dez
133 milhões de reais para execução em cinco anos. Então sendo um terço para o governo
134 do Estado, um terço para o INPEV e um terço para Ocepar e FAEP, tendo um
135 desembolso anual de R\$ 2.025.000,00 por ano. Aqui em baixo tem o Projeto Poeira em
136 torno de 1.350 toneladas restantes. Então nesse prazo de cinco anos faremos a retirada
137 de 1.350 toneladas, totalizando por mês até 300 toneladas. Cada participante entraria
138 com R\$ 3.355.000,00 totalizando, então, no projeto global, R\$ 11.250.000,00 durante os
139 cinco anos.

140 A INPEV quer completar alguma coisa? Lembrando que um projeto desse está
141 praticamente pronto, o que nos falta realmente são recursos, então a possibilidade de
142 liberação de recurso é o mais importante nesse contexto para ir adiante.

143 O **Sr. Eduardo Bastos** (INPEV):- Obrigado a todos. É mais para dar um
144 depoimento, até porque tem muitos que estão desde o começo do programa de
145 embalagens vazias e isso pode ser reaplicado ao programa de embalagens cheias
146 também.

147 Quando começamos com embalagem vazia, há sete, oito anos, era um programa
148 também que parecia ser muito difícil de ser construído, de ser levado adiante, e tivemos
149 a ajuda de muita gente, de gente que está aqui - lembro quando montamos a Central de
150 Guarapuava, que era uma região que não tinha unidade de recebimento de embalagem
151 vazia e hoje temos na cabeceira do aeroporto, atendendo a região. Começamos com 14
152 unidades de recebimento e hoje temos mais de 70 unidades. O Paraná é líder em
153 devolução, mostrando que é possível. Aqui hoje já temos um programa, temos
154 destinado aproximadamente 360 toneladas desses chamados agrotóxicos impróprios
155 obsoletos em outros estados brasileiros, temos oito estados que estão fazendo esse
156 programa com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, que é signatário do protocolo,
157 que elimina, que obriga a fazer ações para banir este produto. Boa parte desses

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

158 produtos não tem indicação e é essa a grande dificuldade, dar uma tranqüilidade ao
159 agricultor para que ele possa dizer que tem e dar uma tranqüilidade, porque uma vez ele
160 dizendo que tem isso vai ser recolhido, vai ser destinado. Infelizmente não dá para
161 destinar de uma vez só. O Brasil não tem incinerador suficiente para queimar esse
162 material de uma vez só, é uma pena e por isso estamos trabalhando com o próprio
163 Ministério - e até uma proposta que gostaríamos de fazer aqui no Estado do Paraná
164 para viabilizar o co-processamento de embalagem vazia para poder livrar o forno de
165 embalagem vazia para poder ocupar com embalagem cheia. É um pedido que deixamos
166 para poder viabilizar, quem sabe, até num prazo mais curto a destinação desses
167 resíduos. Hoje, não sei, tem 1500 toneladas, então, porque não se recolhe em um ano e
168 destina? Porque infelizmente não tem forno para incinerar esse material, isso é uma
169 pena e no mundo inteiro isso não é diferente, mas hoje temos esse programa mudando
170 em vários países do mundo e esta é a chance do Estado do Paraná para fazer e ser
171 referência, como é referência hoje nacional e mundial no programa de embalagens
172 vazias que possa ser também um programa de embalagem cheias. Obrigado.

173 **O Sr. Rui Muller:-** Nossa apresentação é isso e vamos à discussão.

174 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Está em discussão, a palavra está aberta. Adriano,
175 representando a Secretaria de Agricultura.

176 **O Sr. Adriano Luiz Rieseberg (SEAB):-** Boa-tarde. Queria chamar a atenção
177 para um aspecto que foi comentado ali que vamos levar um tempo para poder incinerar
178 isso. Queria chamar a atenção para o fato de que essa quantidade que foi relacionada
179 como sendo dados da SEAB, temos tudo para acreditar que isso seja apenas uma
180 pequena parcela que existe nas propriedades de produtos tóxicos obsoletos. Por quê?
181 Porque a SEAB/DEFIS fiscaliza, sempre fiscalizou com ênfase o comércio, o comércio
182 regular de agrotóxicos. As propriedades não eram, nunca foram rotineiramente
183 vistoriadas pelos fiscais. Hoje temos 40 engenheiros agrônomos no Estado trabalhando
184 nessa área - nem 40, uns 36. Isso nunca mudou, ao longo dos anos esse foi um número
185 aproximadamente. As propriedades sempre foram fiscalizadas por amostragem. Essa
186 relação de produtos que aqui se encontram é muito mais até fruto de declarações dos
187 proprietários que chamavam o colega do núcleo e diziam: "Olha, estou com tal
188 quantidade de agrotóxicos aqui, o que eu faço com isso?" Daí a importância que este
189 projeto piloto venha junto agora com o Projeto de Lei do Deputado Luiz Eduardo Cheida
190 que abre aquele intervalo de tempo de autodeclaração, porque muito mais vai aparecer.

191 Então a questão da logística para incinerar essa quantidade que é pequena,
192 vemos um horizonte de cinco anos, tem que ser enfrentada, porque muito mais irá
193 aparecer, quando o Projeto de Lei tiver tendo os seus efeitos. Só um detalhe, a rigor
194 essas quantidades que estão relacionadas aqui não estão interditas pelo DEFIS. A
195 interdição gera um processo administrativo. Nós, rotineiramente, fazemos por ano a
196 interdição de agrotóxico que por diversos problemas não podem estar no comércio.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

197 Então, essas interdições geram processos administrativos contra os fabricantes, contra
198 os responsáveis, que não é o caso desses produtos levantados aqui no Projeto Poeira.
199 É muito mais uma declaração do agricultor, e o DEFIS não tem nem base legal para
200 estar interditando esses produtos obsoletos.

201 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Estávamos conversando em paralelo aqui, enquanto o
202 Adriano falava. Eu acho que da forma como está ali colocado, talvez é a forma mais
203 adequada de tratar o problema, onde tem três comissões definidas, onde a proposta é
204 que a logística seja construída pelo INPEV e a queima dela, a destinação final pelo
205 governo do Estado. E numa conversa paralela que o Vitor Hugo teve com o INPEV, o
206 INPEV assume o compromisso de pagar a incineração e nós, portanto, temos um
207 esforço no sentido de levar esse produto até lá. Acho que isso está sendo até bastante,
208 até porque o próprio setor produtivo tem condições efetivas de disponibilizar caminhões
209 para isso, o próprio Estado tem caminhões para isso. A gente faria um rearranjo de
210 como operacionalizar, acredito que esses custos aí minoram bastante para entregarmos
211 lá no Rio de Janeiro. Acho que facilita muito mais do ponto de vista de acatarmos uma
212 quantidade até maiores. Daremos, agora, neste momento, a seqüência da destinação
213 das 150 toneladas e depois teremos rapidamente uma discussão de como vamos fazer
214 para que este produto chegue lá. Se for colocar em cima de um caminhão, o custo disso
215 é muito barato, e se é para destinar o caminhão daqui até lá o Estado tem como
216 absorver isso, então vamos fazer uma discussão, o Vitor Hugo está disposto de se
217 encarregar de fazer essa rediscussão para que possamos efetivamente dar um passo
218 adiante nesta questão, de, segundo o INPEV, assumir isso que, colocando lá, eles dão a
219 destinação final. Walter, depois o Gava e depois o Biscaia.

220 **O Sr. Walter Horst Poniewas (SEIM):-** Boa-tarde a todos. Gostaria de
221 cumprimentar o grupo de trabalho, a apresentação do Callado e a celeridade das
222 decisões pronunciadas pelo Presidente do Conselho, porque eu me motivei a falar em
223 função da sua alegação inicial dos assuntos submersos por interesses financeiros,
224 comerciais e outros interesses, principalmente porque desse assunto Projeto Poeira, até
225 onde pude levantar, perdi uma reunião do grupo de trabalho, mas fiquei bastante
226 assustado que é o passivo estimado entre 2.500 e 3.000 toneladas na fábrica, das quais
227 são conhecidas 150 toneladas em um levantamento por autodeclaração, como o
228 Adriano falou, de 1989. Então, completando este ano 20 anos.

229 Em conversa com o Eduardo, durante a reunião, também fiquei bastante
230 preocupado com a situação das embalagens nesses 20 anos e não só disso, dos
231 restantes das 2.000 ou 3.000 toneladas. Em continuando o levantamento, em 2002 foi
232 criado um grupo de trabalho onde participou a Suderhsa, o IAP, a SEAB, a Saúde, entre
233 outras, mas só em 2008 agora o grupo de trabalho foi criado dentro do Conselho
234 Estadual de Meio Ambiente e rapidamente, em menos de um ano, chegou-se a esta
235 posição. Estou trazendo esses fatos mais como ilustração para que cada um dos

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

236 senhores componentes do Conselho veja a necessidade e a urgência de tratar de
237 assuntos sobre passivos ambientais. Esse é só um deles, mas temos 'n' outros a tratar
238 com celeridade, com cuidado e um cuidado essencial na formação da localização
239 desses grupos de trabalho, porque só assim conseguiremos dar ênfase na importância
240 que o Conselho tem e a rapidez nas soluções que têm que ser dadas para estes
241 assuntos. Então queria parabenizar a celeridade do processo.

242 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Conselheiro Gava.

243 **O Sr. Roberto Gava (FIEP):-** Boa-tarde a todos, boa-tarde, Sr. Presidente. Em
244 nome da Federação das Indústrias eu quero colocar aqui uma dúvida por desconhecer
245 com profundidade a matéria. Estou vendo que todo o encaminhamento do Projeto
246 Poeira é dirigido para incineração. No meu modesto entendimento incineração está
247 começando a ser coisa do passado. A Federação das Indústrias está estimulando muito
248 o co-processamento dos produtos, sejam eles quais forem, orgânicos ou inorgânicos.
249 Co-processar é reaproveitar os produtos como matéria-prima para todos os produtos e
250 também como combustível para esses produtos novos ou outros produtos. De maneira
251 que gostaria de ser esclarecido pela Câmara Técnica que elaborou este belo trabalho,
252 deve ter tido muita transpiração e bastante inspiração, mas por que não priorizar o co-
253 processamento para as embalagens, neste caso embalagens cheias, mas serve
254 também para as embalagens vazias?

255 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Primeiro esses produtos nem sempre estão
256 identificados, teríamos um custo para saber o que é; segundo, muitos armazenamentos
257 desses foram feitos ao longo dos anos foram misturados, você não consegue identificar
258 quantos produtos tem ali. E não estamos tratando de embalagens, estamos tratando de
259 resíduos mesmo, os orgânicos clorados da forma praticamente de uso, portanto, não sei
260 se é possível. Isso é uma questão até dos técnicos discutirem isso em relação ao
261 reaproveitamento, mas acho difícil alcançarmos este estágio neste momento, até porque
262 não sei se esses (indicativos) não têm vencimento ao longo dos anos na sua utilização.
263 Mas é uma sugestão que deve ser pensada e discutida. Conselheiro Biscaia e depois
264 Conselheiro Vitor Hugo.

265 **O Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia (FAEP):-** Boa tarde a todos. Sr. Presidente,
266 quero dizer que quando o produtor comprou o produto comprou legalmente. Comprou,
267 pagou e transportou. Então não pode ser onerado agora. Este é um ponto vital.
268 Segundo, não tenho nem condições nem autorização para assumir um compromisso
269 desses, nesse volume de dinheiro. O Secretário da Agricultura não pode assumir um
270 comprometimento nesse valor. Este é um ponto passivo: não tenho meios e nem
271 autorização pra isso. A Secretaria não tem de onde tirar e o produtor não têm de onde
272 tirar. O agricultor não pode arcar com um ônus que não é dele, ele comprou, pagou e
273 não usou, já foi penalizado por isso. Obrigado.

274 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Conselheiro Vitor Hugo.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE

275 **O Sr. Vitor Hugo Ribeiro Burko** (IAP):- Comecei a discutir o problema do BHC
276 na Fundação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em Guarapuava, em 1997.
277 Assumi o IAP há dois anos e desde aquela época a coisa não avançou absolutamente
278 nada. Isso é um esqueleto que está no armário da sociedade há muito tempo
279 assombrando a vida de todo mundo, causando um imenso desgaste para os órgãos
280 ambientais, para as empresas do setor, para o Estado, para todo mundo. Vez ou outra
281 acontece qualquer coisa, surge um cheiro diferente em algum lugar, alguém já diz: “É o
282 BHC que tinha enterrado”, e assim por diante.

283 Quando assumi o IAP, mais uma vez, tentando tomar pé e conhecimento a
284 quantas andava essa questão, cheguei a algumas conclusões que para mim são
285 bastante significativas. Primeiro, não temos definido claramente o volume, o e também
286 não como definir, então estamos falando de expectativas. Qualquer valor que lancemos
287 é uma expectativa, pode ser a mais ou a menos. Segundo, o IAP que é o órgão executor
288 das políticas não tinha claro e não tem claro até agora os procedimentos que devem ser
289 seguidos. Há 20 dias montei uma comissão dentro do IAP e pedi que fosse formatado,
290 de modo claro e objetivo, a forma de embalagem, de manuseio, a forma de transporte e
291 a forma de armazenamento. Dentre poucos dias vamos ter definitivamente isso
292 estabelecido, parece-me que até agora não está estabelecido. Mas me parece, pelas
293 discussões que já tiveram até agora, que o próprio IAP pode fazer uma parte dessa
294 logística se for necessário. O IAP está disposto a isso. Temos caminhão, temos gente,
295 vamos capacitar essas pessoas para fazerem a embalagem desse produto, a
296 embalagem correta se for necessário vamos começar esse processo.

297 Agora, conversando com o INPEV, se propuseram a pagar a incineração. Então
298 acho que temos que esquecer, embora o projeto apresentado seja perfeito, mas temos
299 de concreto 150 toneladas que estão nos assombrando há bastante tempo. Vamos
300 resolver essas 150, vamos criar os canais para que possamos descobrir o restante que
301 está aí sem o nosso conhecimento e aí, quando tivermos mais 150 toneladas,
302 discutimos as próximas 150, mas resolvendo primeiramente essas 150 que estão
303 colocadas.

304 Eu tenho isso, e tenho conversado bastante com o Rasca, como uma questão de
305 honra para minha gestão à frente do IAP. Não vou me conformar jamais se eu sair do
306 IAP sem ter resolvido, não é nem encaminhado, mas resolvido essas 150 toneladas e
307 encaminhado a solução do possível restante que tenhamos aí e que ainda não está
308 devidamente claro. Mas quero dizer pra vocês que o IAP, efetivamente neste ano, este
309 ano tirei pra tentar resolver todos esses esqueletos que temos no armário, estamos
310 determinados e é uma das prioridades do órgão ambiental resolver esta questão do
311 BHC e desses outros elementos nocivos que estão guardados. E estaremos puxando
312 essa discussão do ponto de vista objetivo e, se for preciso, estaremos inclusive fazendo
313 parte dessa logística pra que esse problema se resolva.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

314 Naturalmente, no processo de planejamento objetivo disso, se houver
315 necessidade da participação da FAEP, vou bater pessoalmente às portas da FAEP, vou
316 bater pessoalmente às portas da FIEP, de quem de direito, mas acho que está na hora
317 de deixarmos de discussões abstratas e partir para decisões concretas. Quando for
318 bater na porta da FAEP, se for buscar eu vou, um volume determinado, um recurso
319 determinado, definido e objetivado para uma finalidade absolutamente específica e
320 certa, quem sabe, com isso, estar firmando outros compromissos futuros. Mas é uma
321 questão de honra pra mim, para o Rasca, e estamos à disposição deste Conselho e de
322 toda à sociedade para definitivamente partimos para a solução final desse imbróglio.

323 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Conselheiro Rafael.

324 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (GARI):-** Parece que é consenso entre os
325 presentes, este passivo ambiental é de urgente solução. A questão de valores é uma
326 questão importantíssima em ser discutida, concordo, acho que não temos como fazer
327 alguma coisa sem a disponibilização de valores. Para isso sugiro, se for o caso, abrir
328 mão do contingente do Fundo Estadual de Meio Ambiente. Tentar fazer um projeto, se
329 for o caso, e obedecer ao parecer da Procuradoria Geral do Estado no sentido de que,
330 se possível for, identificar a fonte ou o produtor e se cobrar judicialmente isso. Ponto! A
331 coisa é urgente. Querer discutir entre linhas é perda de tempo, temos que tomar ações
332 efetivas e dentro dessas ações efetivas, o que eu penso: a questão da autodenúncia
333 desse pessoal que tem todo esse passivo ambiental na propriedade ou seja lá onde for
334 que colocou. Vai fazer a autodenúncia em nível administrativo, ótimo! Aqui no Paraná,
335 pelo que tudo indica, vamos ter uma legislação que vai isentar essa pessoa
336 eventualmente de uma responsabilidade administrativa, e no campo de vista penal?
337 Quem vai dar essa garantia de isenção de pena, isenção num processo penal? Porque
338 é um crime permanente, poluição é crime permanente, como ficará isso? O parecer da
339 Procuradoria Geral do Estado caminha por essas linhas, deixa bem claro que matéria
340 penal é competência privativa da União, como ficará isso? Como ficará a questão
341 também, que eu coloco, de estimular esses agricultores a fazer a autodenúncia, seja lá
342 quem for que tenha esse material incorretamente depositado? Espontaneamente ele vai
343 chegar ao órgão ambiental: “Olha, estou cometendo um crime ambiental permanente
344 aqui na minha propriedade ou no vizinho, ou enterrei perto do rio!”. Como vai ficar? Ele
345 vai espontaneamente? Existiu algum questionamento sobre isso, se essas pessoas vão
346 querer procurar o órgão ambiental, se vai ter que ter um trabalho de agente comunitário,
347 alguma coisa assim? Porque parece que a solução é pintada de forma bem clara,
348 objetiva, mas o contorno para se chegar a ela acho que requer maior atenção e urgência
349 justamente de colocar isso em prática, de colocar o trem nos trilhos e isso é uma
350 questão que demanda reflexão. E daí, pergunto: “Como ficará isso em questão de um
351 ano?” Vejo o Diretor-Presidente do IAP tem imediato interesse de resolver essa
352 pendência, acredito que a administração pública, o Secretário Rasca, também tenha,

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

353 todos nós temos essa questão preeminente de resolver isso. Como e quando vamos
354 começar a resolver isso de maneira objetiva? É esse o meu questionamento. Obrigado.

355 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Dra. Ana Cláudia Graf.

356 **A Sra. Ana Cláudia Graf (PGE):-** Boa-tarde a todos. Aproveitando a fala do
357 Rafael, que bem lembrou os aspectos penais, dessas implicações penais de todo esse
358 armazenamento ilegal e irregular desses agrotóxicos que já estão proibidos. Acho que é
359 importante incluir no programa, no projeto em alguma determinada fase, que ele já
360 esteja bem elaborado, bem definido e chamarmos o Ministério Público Federal, o
361 Ministério Público Estadual e tentar firmar uma resolução conjunta. Ou seja, foge à
362 razoabilidade pensar que o Ministério Público vá ajuizar ações penais contra os
363 agricultores, até porque isso não vem acontecendo. O que temos visto na Procuradoria
364 Geral do Estado são ações civis de responsabilização do Estado ou dos municípios por
365 omissão quanto à adequar a destinação desses agrotóxicos, então sempre na esfera
366 civil. Eu desconheço a existência de alguma ação penal. Mas foi bem lembrado, acho
367 que é importante trazer os dois Ministérios Públicos para essa discussão, nem que seja
368 numa fase que este projeto esteja mais finalizado, seja em vias de ser encaminhado
369 para a Casa Civil para celebrar o convênio que precisa ser celebrado e que se chame o
370 Ministério Público para vermos essas questões.

371 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Conselheiro Gava.

372 **O Sr. Roberto Gava (FIEP):-** Na minha fala sobre co-processamento desses
373 produtos, esqueci um detalhe importantíssimo e pode ser que seja a chave da questão.
374 O co-processamento de qualquer produto geralmente remunera toda a operação de
375 remoção do produto. De modo que não tenho condições de afirmar, neste momento,
376 que para esses produtos estará resolvida, equacionada a questão financeira, mas muito
377 provavelmente o co-processamento remunera todas as operações, toda a logística
378 necessária. Obrigado.

379 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Vamos levar isso em consideração, Conselheiro Gava.
380 Retornando, Conselheiro Rafael.

381 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (GARI):-** Só queria complementar uma
382 questão que é a capacidade de incineração desses defensivos. Se o Estado recolhe
383 uma capacidade ou detecta uma quantidade maior do que a possibilidade de destinação
384 final, estou falando no caso de incineração, o que será feito com isso? Deixar-se-á no
385 lugar, continuando os efeitos ou o Estado prevê um depósito, um armazenamento?
386 Penso que é importante pensar nisso também. Obrigado.

387 **O Sr. Vitor Hugo Ribeiro Burko (Presidente do IAP):-** Vou responder, Rafael,
388 porque estou tentando montar pelo IAP essa logística. A idéia é começarmos via
389 formatação técnica, estabelecer critério de embalagem, de manuseio e definir locais de
390 armazenagem segura. Se não tivermos condições de incinerar todo esse produto agora
391 por uma razão ou outra, no mínimo temos que retirar esses produtos desses locais onde

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE

392 se encontram de forma a colocar a natureza em risco. Se ele tiver dentro de um
393 barracão, dentro de uma bombona de plástico, devidamente lacrada, o risco de vir
394 produzir um problema ambiental é muito pequeno. Embalado em pacote de papel,
395 enterrado na beira de um rio o risco é muito grande. Então a idéia é que a gente vá se
396 apropriando dessa situação e fazendo esse recolhimento, guardando esse produto num
397 determinado local e aí depois trabalhar a logística da destruição efetiva.

398 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** O Estado do Paraná tem em torno de 375/380 mil,
399 mais ou menos isso, segundo dados mais recentes, de propriedades rurais. É
400 impossível que qualquer ação possa ser desencadeada pelo poder público no sentido
401 de chegar a descobrir o que existe. Isso que está levantado de 2002 com informações
402 de mil novecentos e cacarecos está colocado e nem temos segurança se esses dados
403 continuam valendo ou não. Por isso entendo que nesse momento o melhor é criarmos
404 sim a oportunidade num interstício de tempo para que se revele onde estão, porque
405 senão do que adianta acharmos que devemos continuar nesse processo onde fingimos
406 que estamos achando o produto, procurando, e o agricultor finge que não tem o produto
407 em casa. Isso não leva a nada! Ou leva? Leva, e aí o município de Arapongas pode dar
408 o exemplo, cem mil pessoas ficaram sem água três vezes no final do ano passado por
409 contaminação de agrotóxico na torneira! Não foi na estação, na torneira! E fizemos um
410 trabalho dentro daquela bacia, recolhemos o que tínhamos que recolher, oferecemos a
411 oportunidade para aqueles que estavam desrespeitando a reserva legal, foram todos
412 autuados, que estavam colocando na beira, lavando dentro do rio foram autuados.
413 Fizemos mais de cinquenta autuações nesta pequena bacia e convertimos todas as
414 multas em soluções na compra de cerca, na compra de bebedouro e estamos
415 resolvendo o problema desse produto lá. E a empresa Nortox financiou toda a
416 transferência, a retirada dos produtos que lá estavam. Então não podemos mais esperar
417 que isso aconteça em Mandaguari, em Umuarama, que vão ficar aí à mercê do tempo.
418 Temos ainda tempo suficiente, adquirir experiência suficiente para encontrarmos uma
419 solução mais inteligente. E a solução mais inteligente que encontro neste momento é
420 oferecer ao agricultor sim a possibilidade da autodenúncia, até para que tenhamos
421 conhecimento dessa realidade no campo, porque senão vamos ficar aqui num achismo
422 muito grande e que não vão achar nada! Isso que é o pior. Se ficarmos aqui nesse:
423 “Acho que... temos 20 toneladas, acho que temos 400.” Bom, efetivamente temos 150
424 toneladas que vamos tratar isso rapidamente. O Vitor Hugo já assumiu a
425 responsabilidade de fazer, a INPEV, nem que for para levarmos de carrocinha a gente
426 leva para o Rio de Janeiro, porque ainda temos algumas carrocinhas lá no IAP que pode
427 levar isso até lá. Queremos a parceria do setor produtivo? Queremos sim! E acho que
428 com certeza não se furarão de nos ajudar nesse processo, até porque já foram
429 parceiros em outras situações, o que é bom. Agora não é o momento de criminalizar
430 nada em relação àquilo que foi acontecido, porque muitos não o fizeram exatamente por

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

431 não querer ter esta situação confundida como um criminoso ambiental. O fato de uma
432 pessoa ter comprado e não ter usado não é um criminoso ambiental, ele simplesmente
433 não tem mecanismos de resolver isso. Criminoso ambiental é aquele que enterrou, que
434 escondeu, aquele que não fez como deveria fazer. Esse sim, ele fez de forma
435 consciente. Agora que tem lá num canto guardado e têm vários, eu já tive a
436 oportunidade de ver na propriedade: “Está aqui, o que eu faço, como eu faço?” Aí
437 estamos falando de gente que está distante da solução. O ideal seria tirar da
438 propriedade e levar para quem ele comprou. Tem empresa que nem existe mais. Esse
439 mercado alterou-se completamente em relação aos últimos 20/30 anos. Tem produtos
440 que estão proibidos há mais de 20 anos e ele está lá, guardado, agora quem guardou
441 esse produto não pode ser considerado um criminoso ambiental. Ele poderia ter feito
442 como os demais, jogado dentro do rio, enterrado, colocado dentro do poço da mina
443 d’água que ele fechou e isso tem de monte. É só procurar na Fazenda da Universidade
444 Federal do Paraná que no passado as embalagens eram colocadas dentro de
445 recipientes como esse e isso foi dada solução.

446 Então vejo que é uma oportunidade de colocarmos isso como item de pauta em
447 todas as reuniões daqui pra frente para saber a posição que está, em cada situação e
448 desencadearmos um processo que verdadeiramente possa criar um diagnóstico real e
449 aí, com certeza, teremos aqui serenidade encontrando uma solução para que esses
450 produtos saiam de onde estão, do submundo que estão, debaixo dos tapetes das
451 propriedades rurais, porque isso está varrido, está escondido. O agricultor não vai
452 revelar se ele não tiver uma segurança em não ter essa penalidade civil, como estão
453 tentando colocar aqui, porque como filho de agricultor sei como funciona a dinâmica no
454 campo. Isso é sazonal e sei também como isso pode ser processado no sentido de
455 trazer solução. O agricultor não tem capital de giro, o agricultor tem uma economia
456 sazonalizada, o agricultor precisa neste campo ter parceiros para dar solução aquilo que
457 ele guardou para ter uma solução no futuro. São com esses que estamos tratando, e
458 mesmo aqueles que enterraram e que vão dizer: “Olha, enterrei aqui, é possível buscar
459 esse produto?”, vamos atrás desse produto. Conselheiro Biscaia.

460 **O Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia (FAEP):**- Muito bem, pela sua fala é essa a
461 idéia, é a parceria, é nessa linha que precisamos trabalhar. Estamos dispostos e a
462 classe do produtor rural está disposta a colaborar, mas não goela abaixo. Vamos sentar,
463 fazer um projeto viável, talvez esses valores sejam justos, mas não temos essa
464 condição e não com ameaças. Estamos cansados de ameaças, não é essa a linha. É
465 essa a linha de trabalho, estamos dispostos a colaborar, ver quem sabe esse projeto,
466 como o Burko falou, essas 150 ton. primeiras e depois ver o que vai se fazer pra frente,
467 tudo bem. Estamos dispostos a sentar e conversar dentro de uma linha lógica de
468 trabalho e nos colocamos à disposição, Secretário, para sentar e fazermos uma
469 parceria.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

470 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Conselheiro Walter para encaminhar e encerrar,
471 porque temos mais dois pontos.

472 O **Sr. Walter Horst Poniewas** (SEIM):- Só uma sugestão, Presidente, para
473 facilitar a vida do IAP que se dispõe a preparar o processo todo. Em conversa com o
474 Eduardo ele me adiantou, inclusive fortalecendo a posição do Conselheiro a respeito do
475 co-processamento. O co-processamento exige um tipo de embalagem que não é a
476 bombona plástica, seria o pior envasamento possível. Então, numa conversa com o
477 Eduardo do INPEV, quem sabe agilizasse esse processo, esse contexto, uma vez que
478 indústrias exigem co-processamento no Paraná, isso é um processo viável, quem sabe
479 até custasse mais barato esse contexto.

480 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Rui.

481 O **Sr. Rui Muller** (SUDERHSA):- Com relação à questão do co-processamento.
482 Discutimos isso há muitos anos, viemos discutindo isso até hoje, mas queria fazer uma
483 pergunta: "O co-processamento é licenciado para receber esse tipo de material aqui no
484 Paraná? O IAP libera isso?", até o Burko, quando ele voltar, poderia dar essa posição.

485 O **Sr. Roberto Gava** (FIEP):- Olha, o Paraná faz co-processamento há mais de
486 cinco anos, totalmente licenciado pelo IAP. As próprias empresas que recebem,
487 recepcionam esses produtos para serem co-processados elas próprias têm que ter um
488 cuidado muito grande no gerenciamento, no dimensionamento das proporções que
489 ingressam esses produtos e elas fazem um autocontrole muito preciso, muito rigoroso e
490 esse controle sempre é acompanhado pelo IAP por força até de portarias.

491 O **Sr. Rui Muller** (SUDERHSA):- Gostaria de ouvir a posição do IAP, através do
492 Burko, para ver se esta questão é possível ser colocada dentro do processo, dentro de
493 produtos clorados.

494 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Acho que esta questão não se esgota aqui, Rui.
495 Temos que verificar se há possibilidade, acho muito difícil, mas como colocado antes,
496 vamos ver rapidamente isso, uma questão de fazer uma discussão, porque eu não
497 tenho conhecimento de que há qualquer empresa licenciada no Paraná para fazer esse
498 co-processamento, dentro do Paraná. E se não pudermos fazer dentro do Paraná vai ter
499 que fazer no mesmo local que estamos fazendo hoje. Se lá não está utilizando isso
500 como co-processamento e aí se paga para queimar este produto, a empresa que está
501 queimando não queimaria da forma como está queimando hoje se ela pudesse usar isso
502 como uma fonte calorífica. Então acho que isso é uma questão de dirimir essa dúvida,
503 que é secundário neste momento.

504 Vencido esse ponto, passo a palavra ao Dr. Caetano, que é chefe de gabinete do
505 Deputado Luiz Eduardo Cheida, para fazer sua apresentação no que está sendo
506 discutido na Assembléia Legislativa, colocando não só o conteúdo do que está sendo
507 discutido, mas como está isso no tempo. Qual comissão está, se está parado, se não

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

508 está parado, qual a perspectiva de aprovarem, em que tempo isso pode acontecer para
509 os nossos conselheiros. Obrigado.

510 O **Sr. Caetano**:- Boa-tarde, Secretário, Presidente, Sras. e Srs. Conselheiros,
511 suplentes, convidados.

512 Para contribuir com a questão do co-processamento, a Lei Federal em 1985
513 proibiu o comércio, o uso e o transporte dos doze ou treze sujós. São doze, o DDT,
514 BHC, entre outros. Então é proibida a utilização de qualquer forma. A única destinação
515 cabível a ele é incineração, não pode ser qualquer incineração, tem que ser a 3.000°C -
516 se eu estiver errado o Eduardo do INPEV me corrija – tem uma determinação exata no
517 seu uso final. O Brasil é signatário de um acordo internacional que prevê a sua
518 finalização, por quê? Por ele ser um produto cumulativo no organismo, seja em humano
519 ou não humano, não existe co-processamento conhecido para o produto. Embalagem é
520 uma outra conversa. E por essa incineração ser feita em apenas dois estabelecimentos
521 no Brasil, acho que em Suzano e Rio de Janeiro - é isso, Eduardo? Isso. Então tem uma
522 forma de armazenar em papelão, etc., etc., que depois provavelmente ele vai colocar.

523 Para começar, estávamos conversando no começo, a Marli da Secretaria de
524 Saúde também traria algumas questões do ponto de vista da saúde pública envolvendo
525 o BHC especialmente, que é o principal, dentre esses doze ou treze sujós, o efeito que
526 está tendo na saúde pública do Estado do Paraná. Então só pra contribuir, para
527 entendermos o tamanho do problema que estamos lidando, uma pesquisa de 2002 da
528 Universidade Estadual de Londrina fez sobre o aleitamento materno. Não era esse o
529 foco da pesquisa, eis que encontram 82% das mulheres que amamentavam seus filhos
530 possuíam vestígios de resíduos do BHC. Vou dizer: 82%! Não são 30%, não são 50%,
531 são 82% das mães que amamentavam na região de Londrina, Norte do Paraná,
532 possuíam vestígios de BHC. Por quê? Porque o BHC, por ser um organoclorado, tem
533 um efeito cumulativo, imediatamente em contato com o organismo ele vai entrar no
534 tecido adiposo. Pessoas magrinhas assim são piores ainda, vão ter mais problemas
535 porque tem menos células para absorver o BHC e isso vai se contaminando em todas
536 as formas de resíduo humano, que é onde vão ter células adiposas. Isso pode ser pela
537 urina, pelas fezes, saliva e leite materno. A contaminação do BHC e de outros, da pele,
538 da respiração e via oral. Para se ter uma pequena idéia do problema, são três milhões
539 de intoxicações agudas no mundo por ano, desses, 70% são em países dito de terceiro
540 mundo. O Paraná tem uma média perto de mil intoxicações graves ao ano por
541 agrotóxico. É a segunda maior causa de intoxicação no Estado do Paraná, segundo a
542 Secretaria de Estado da Saúde. Isso, logicamente, se fosse aonde o café e o algodão
543 tiveram o seu plantio utilizado de BHC ou DDT, entre outros, isso envolve a região Norte
544 do Paraná.

545 A Mineropar fez um estudo do lodo dos rios, das bacias, de algumas partes das
546 bacias, e curiosamente ou não o mapa do lodo onde existia o BHC e o lado do câncer

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

547 de fígado no Paraná foram idênticos. O Paraná é um dos campeões em câncer de
548 fígado no mundo e conseqüentemente um dos principais agentes do problema do
549 câncer do fígado está sendo comprovado, são os organoclorados, entre eles
550 obviamente o BHC.

551 Essa foi a principal motivação do nosso deputado, que infelizmente não pode
552 comparecer, estamos em eleições municipais em Londrina, bem temporâneo, mas
553 infelizmente estamos no meio de uma eleição que se dá no dia 29 de março. Então,
554 represento-o, não da mesma forma, com certeza, e pediu a todos vocês desculpas por
555 não poder comparecer hoje.

556 O nosso principal objetivo é livrar o Estado do Paraná do BHC, isso desde o
557 início, a questão do Projeto Poeira já tinha sido discutido na gestão, quando o Rasca era
558 Presidente do IAP e o Cheida era Secretário do Meio Ambiente, estamos tentando achar
559 mecanismos para regularizar isso. O que o Rafael e a Dra. Ana já tinham colocado,
560 tivemos uma conversa na Câmara Temática quando eu ou a Dra. Alessandra, que era
561 assessoria jurídica do nosso mandato e esteve presente, são algumas questões e entre
562 elas a questão penal. A questão penal vai entrar numa esfera federal e uma saída que a
563 Dra. Ana apresentou, conversando com o Procurador Geral da Justiça do Ministério
564 Público Estadual e os representantes do Ministério Público Federal no Paraná com
565 certeza serão grandes passos, mas a tipificação do crime ambiental também é
566 discutível, como o próprio Secretário Rasca colocou na utilização. Se você comprou
567 durante um período e não está utilizando, o que você vai fazer? E por que aconteceu
568 isso? Porque a Lei de 1985 diz: “Estão proibidos os doze sujos no Brasil, é proibido o
569 transporte, o armazenamento e o comércio”. Tá, e daí? Eu que acabei de comprar três
570 quilos, você acabou de comprar três toneladas, o que fazer com isso? Aí, infelizmente
571 alguns entram em desespero, jogaram no poço, jogaram no rio, enterraram no fundo de
572 casa, colocaram no porão que agora está tendo contaminação em Maringá no começo
573 do ano passado, vocês devem lembrar, um menino se contaminou com BHC, foi
574 internado, porque foi brincar no porão do pai dele, entre outras situações. Então o
575 Estado, de certa forma, ao proibir, ele não deu solução adequada a isso e é isso que
576 estamos tentando fazer pelo Projeto Poeira, pelo Projeto de Lei do nosso Deputado.

577 O Projeto de Lei é bem simples. Ele prevê no Artigo I um período de anistia,
578 aprovado a lei, 45 dias após começa um período, um interstício de tempo de seis meses
579 para que os produtores possam se identificar sem sofrer problemas civis ou
580 administrativos dentro do Estado do Paraná. Por quê? Porque se ele se identificar
581 vamos saber onde está, vamos saber em que condições estão, as fotos - para quem
582 teve oportunidade de ver fotos ou visitou o local -, a maioria está jogada num barracão
583 sem nenhum tipo de cuidado, porque eles não têm condições de fazer esse cuidado.
584 Então, identificando, sabendo onde está já é um primeiro passo. A idéia do Projeto de
585 Lei, no Artigo III, vê uma participação dos três responsáveis pelo uso do agrotóxico: o

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

586 usuário do agrotóxico, ou seja, o sistema de suas cooperativas, sindicatos, terão que
587 participar, seja no sentido de acolher a denúncia, ou seja, acolher o proprietário rural
588 que vai falar: “Olha, estou com três quilos na minha casa, estou com 300 quilos, estou
589 com 150 quilos, nas seguintes condições e em outras formas!”, porque ele se beneficiou
590 do uso do BHC de certa forma no passado. O segundo obviamente são as empresas, as
591 fábricas, as indústrias, que já vêm fazendo isso, como o Eduardo falou, quando há
592 identificação, a Nortox, como o Secretário Rasca colocou agora, também na região
593 Norte identificado o produto, a própria empresa, como é o agente poluidor, será
594 responsabilizada. O maior problema é que a maioria das toneladas apresentada está
595 sem nenhuma identificação. Então o instituto entra como participante e o Estado
596 também tem a sua parte, porque ele foi o incentivador do BHC.

597 Quando em 1973 foi proibido na Europa, nos Estados Unidos e em outros países,
598 sobram quantidades desses agrotóxicos que foram empurrados e os governos de
599 terceiro mundo aceitaram e estimularam os seus produtores a fazerem uso dele. Então
600 o Estado foi um estimulador do uso, por isso que acreditamos também que há uma
601 parte, além do interesse do Meio Ambiente, da Saúde. Os problemas da questão
602 financeira já foram mais ou menos apresentados, é uma questão de fazer uma divisão
603 entre as pessoas responsáveis pelo agente poluidor. Se fizermos uma conta de quanto
604 o Estado gasta em câncer de fígado, se fizermos uma conta de quanto ele usa para
605 despoluição da bacia ou de microbacias em situações parecidas, vamos realizar uma
606 grande economia para o Estado ao invés de um gasto.

607 A questão do problema penal já coloquei, a questão da incineração também e a
608 situação do Projeto de Lei. A situação do Projeto de Lei hoje está aprovado pela
609 Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, foi aprovado em primeira, segunda e
610 terceira discussão e foi encaminhado agora, final de fevereiro, para sanção do governo
611 do Estado. Fizemos algumas alterações ao Projeto de Lei original, fazíamos parte da
612 Comissão Técnica e foram feitas algumas observações tanto pelo Callado, pelo Rui,
613 pelo Castella, pela Dra. Ana, aceitamos algumas, trouxemos ao Projeto de Lei, fizemos
614 um Substitutivo Geral, entre eles tiramos alguns termos impróprios, etc., e ele foi
615 aprovado nas comissões, foi aprovado em plenário e está hoje com o nosso Governador
616 para a sua sanção.

617 Então, era isso. O Projeto de Lei agora depende só de um empurrãozinho da
618 nossa sociedade para que seja sancionado e possa surtir efeito a partir de 45 dias da
619 sua promulgação. Obrigado. Fico à disposição de todos.

620 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Em discussão. O Conselheiro que quiser se
621 manifestar. Não havendo, então vamos tentar aqui encaminhar essa questão. Primeiro
622 acho que tem uma coisa concreta que devemos fazer imediatamente que é levar uma
623 informação para o campo de como embalar adequadamente, tanto o pó quanto os
624 produtos líquidos, no sentido da melhor forma de fazer esse transporte. Foi o que o Dr.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

625 Vitor Hugo colocou aqui no sentido de trazer a informação, de envolver os sindicatos
626 rurais, porque nesse período de 45 dias, promulgada a lei, ele tem essa finalidade de
627 fazer essa divulgação e a partir dali conta-se seis meses.

628 Queríamos ouvir aqui da Dra. Ana Cláudia Graf, se isso, como está colocado, é
629 possível o entendimento do ponto de vista jurídico em relação ao que está colocado com
630 a lei, até para que o próprio Conselho possa se posicionar em relação a esse
631 andamento. E queria, por parte do Conselho, até a possibilidade de uma moção no
632 sentido de enviar ao governo do Estado uma posição nossa em relação ao que está
633 sendo discutido.

634 **A Sra. Ana Cláudia Graf (PGE):-** Sr. Presidente, eu não vi o texto final do Projeto
635 de Lei, até se o Caetano tivesse uma cópia seria interessante vermos como ficou a
636 redação final. Eu não vejo problema quanto ao fato do Conselho aprovar uma moção de
637 apoio ao Projeto de Lei, porque precisa de apoio mesmo para ser implementado o mais
638 rapidamente possível. Agora, quanto à realização de divulgação, acho que é importante
639 independentemente do Projeto Poeira, porque o Projeto Poeira não está valendo. Ele é
640 um projeto, precisa de autorização governamental se não me engano se for usado o
641 dinheiro do orçamento do Tesouro, precisa ser celebrado um convênio com as demais
642 partes interessadas, seja a FAEP, seja a Ocepar, seja o INPEV, mas, me parece que do
643 ponto de vista da aplicação da lei, se o Projeto de Lei for sancionado efetivamente pelo
644 governador, acho que a divulgação tem que ser o mais rápido possível, por que são seis
645 meses?

646 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Isso. 45 dias mais seis meses.

647 **A Sra. Ana Cláudia Graf (PGE):-** É pouco tempo, mas o ideal seria que o Projeto
648 Poeira também fosse à Casa Civil o mais rapidamente possível para tentar fazer com
649 que eles caminhem lado a lado para que não se faça uma campanha de divulgação e
650 depois não se tenham recursos para efetivamente coletar e dar destinação final. É isso.

651 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Ok. Então, primeiro gostaria de encaminhar, como
652 Presidente, a manutenção do grupo de trabalho que está tratando desse assunto, mas
653 aí num período de seis meses para que possamos dar esses andamentos e depois
654 reavaliemos sobre a pertinência ou não da continuidade. Imediatamente, Jorge e Rui,
655 junto com o grupo, comecemos a partir de amanhã discutir a partir dessa proposta que o
656 Vitor Hugo fez, inclusive com a possibilidade de até fazer a conversão, como foi indicado
657 aqui pelo Rafael, de multas para que em determinado momento cubra os investimentos
658 econômicos que puder vir necessitar. Portanto, acho que isso dá o encaminhamento e
659 coloco em votação a propositura que não está redigida, a gente pode até fazer essa
660 redação no sentido de fazer o apoio ao Projeto de Lei n.º 052/2008 aprovado pela
661 Assembléia Legislativa que propõe um interstício de seis meses para que os agricultores
662 possam trazer informações a respeito desse produto no campo. Então os conselheiros
663 que aprovam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem, abstenções.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

664 (Pausa). APROVADA a moção por unanimidade e a manutenção do grupo de trabalho
665 por mais seis meses. E o IAP para, em conjunto com o grupo de trabalho, viabilizar a
666 cartilha e/ou o manual, assinado pela Federação dos Trabalhadores, pela Federação da
667 Indústria, pela Federação da Agricultura. Tem que ser um movimento estadual forte de
668 não se excluir ninguém. Todas as torcidas do Atlético, do Coritiba, do Paraná, que é
669 pouquinho, mas pode também agregar aí, todas as religiões e não ficar ninguém fora
670 desse processo, porque foi assim que o mata ciliar se consolidou no Estado do Paraná.
671 Lançamos no dia 24 de novembro de 2003, Dia do Rio, lançamos o programa e ele não
672 pegou. Aí, no dia 22 de março de 2004, com a ajuda da CNBB, colocamos o programa
673 em todas as igrejas e paróquias do Estado e teve uma capilaridade muito grande. Então,
674 não pode ser essa questão encarada como uma questão do governador ou do
675 Secretário, é uma questão de governo e aí todos estão dentro desse processo e,
676 portanto, deve ter uma manifestação explícita de todos os setores, da sociedade civil
677 organizada, governo, iniciativa privada. Então, esse encaminhamento a gente dá
678 andamento e a outra permanentemente esse assunto está na pauta, nas nossas pautas
679 até para avaliar e relatar aqui o que foi feito a partir dessa data. Conselheira.

680 **A Sra. Laelia Tonhozi** (suplente) S.O.S Bicho:- Só queria fazer um aparte aqui,
681 uma lembrança, devemos ter inclusive registrado em Ata, que solicitamos que essa
682 comissão venha efetivamente continuar a discutir a questão de todos os elementos
683 tóxicos que possam existir, sobretudo, porque a nossa preocupação fica muito
684 relacionado ao (audicapi) que é o veneno usado para matar animais, embora proibido no
685 Paraná, continua sendo vendido e temos isso relatado, temos boletins de ocorrência que
686 podem comprovar essa situação, então continuamos preocupados com a manutenção
687 dessa comissão para podermos incluir outros produtos.

688 **O Sr. Rasca Rodrigues**:- Ok. Passo a palavra ao Castella para apresentar e
689 discutir a proposta de alteração do Regimento Interno aprovada pela Resolução 68/08 -
690 Conselho Estadual de Meio Ambiente. Foi remetido antecipadamente, os conselheiros
691 que tiverem alguma proposta de alteração poderão se manifestar na seqüência.

692 **O Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Vamos chamar o
693 Conselheiro Rafael que vai apresentar as alterações promovidas pelo grupo de trabalho,
694 que foram aprovadas na última reunião realizada ano passado.

695 **O Sr. Rasca Rodrigues**:- Enquanto se resolve essa questão técnica, vou passar
696 para o próximo assunto. Instituição de Câmaras Temáticas Permanentes, de acordo
697 com o Regimento Interno.

698 **O Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Tínhamos várias Câmaras
699 Temáticas temporárias e permanentes, no caso uma delas seria de Educação Ambiental
700 para acompanhamento da política pública de educação ambiental, era uma das
701 Câmaras Técnicas Permanentes na época. No novo Regimento Interno temos a Câmara
702 Temática que prevê uma das ações sobre a questão da educação ambiental, da política

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

703 pública da educação ambiental no seu acompanhamento. Então se transformaria essa
704 Câmara Temática Permanente, criada no regimento antigo, e passaria a ser um grupo
705 de trabalho dentro da Câmara de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental.

706 Agora temos que saber quem participa dessas Câmaras Temáticas. São apenas
707 três Câmaras Temáticas. Temos uma outra Câmara Temática, que era do regimento
708 antigo, tratava do Cadastro Estadual das Entidades Não-Governamentais
709 Ambientalistas. Então aqui se cria um Comitê Gestor desse cadastro só constituído
710 pelas ONG's, de caráter permanente e esse Conselho Gestor. Temos que fazer a
711 composição dessas Câmaras Temáticas, quais as instituições que entram, quais as
712 instituições que ficariam no periférico para os grupos temáticos, porque os grupos de
713 trabalho seriam mais fortes e seriam onde se consegue agregar e que não seria
714 possível na outra forma das Câmaras Temáticas, não tinham esse caráter de estar
715 chamando pessoas de fora, um grupo de trabalho que tem condições de agregar
716 instituições que não estão dentro do Conselho Estadual. Chama uma Universidade
717 Federal, chama-se um outro especialista ou uma instituição, como a Copel, Sanepar,
718 para discutir dentro desse grupo de trabalho.

719 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Então temos aqui três Câmaras mais a de Assuntos
720 Jurídicos. A primeira é de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental. Quantos
721 membros?

722 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- São cinco membros, dois
723 natos, institucional, e três membros de diferentes setores.

724 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- São três Câmaras: de Biodiversidade, Biomas e
725 Educação Ambiental, uma; de Economia e Meio Ambiente, outra; de Controle e
726 Qualidade Ambiental, outra. Então, dessas três, temos que escolher cinco membros
727 cada um, são cinco Câmaras que terão caráter permanente e deverão ter um calendário
728 de reuniões definido durante o ano e que independente desses cinco, poderão se
729 chamar quantas pessoas forem necessárias para ajudar nas discussões dos assuntos
730 que para ela serão remetidos.

731 Consulto quais as representações e quais os conselheiros que gostariam de
732 participar da Câmara de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental.

733 A **Sra. Laelia Tonhozi** (suplente) SOS Bicho:- O Movimento da S.O.S Bicho tem
734 interesse em ficar na Câmara Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental.

735 A **Sra. Kátia Mara de Jesus** (SEED):- Pretendemos permanecer na Câmara
736 Temática para trabalhar na de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental.

737 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Os membros natos são Secretaria do Estado, nesta
738 Câmara obviamente Secretaria do Estado de Educação, também é pertinente.

739 A **Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Gostaríamos de participar na
740 Câmara de Economia e Meio Ambiente.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE

741 A **Sra. Bethânia C. Herrmann** (Faculdade Evangélica do Paraná):- Gostaríamos
742 da Câmara de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental.

743 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Temos interesse em participar da
744 Câmara de Controle e Qualidade Ambiental.

745 O **Sr. Roberto Gava** (FIEP):- Temos interesse em participar na Câmara de
746 Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental e na Câmara de Controle e Qualidade
747 Ambiental. Ainda mais um acréscimo, Sr. Presidente, está considerado aprovado o
748 regimento que nos foi enviado?

749 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Não, ainda vamos tentar discuti-lo.

750 O **Sr. Roberto Gava** (FIEP):- Porque tenho algumas observações.

751 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Sim, depois.

752 O **Sr. Walter Horst Poniewas** (SEIM):- Desejamos participar da Câmara
753 Temática de Controle e Qualidade Ambiental.

754 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Mais alguém?

755 O **Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia** (FAEP):- Gostaríamos de participar nas três,
756 mas de preferência, se possível, na Câmara de Economia e Meio Ambiente, mas se for
757 possível nas outras estamos à disposição.

758 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Então temos dois membros natos para cada Câmara
759 Temática. Na Câmara Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental só
760 tem a Secretaria de Educação, pode ter mais dois membros natos que são as
761 Secretarias de Estado. Na de Economia e Meio Ambiente não tem nenhuma Secretaria
762 e nas três tem uma Secretaria, que é a de Indústria e Comércio. Então ainda temos o
763 governo. SEAB não se manifesta?

764 O **Sr. Adriano Luiz Rieseberg** (SEAB):- Secretário, haverá situações que nas
765 três Câmaras Temáticas a Secretaria poderá contribuir, então se tiver que escolher,
766 definir uma, na Economia e Meio Ambiente.

767 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- A SEMA é quase natural o acento, mas não queremos
768 excluir participação. Então, se tiver Secretarias que queiram participar, podemos fazer
769 uma discussão interna e isso também não impede que haja convite. Então a sugestão é
770 que a Sema participe da primeira e da terceira, através da Suderhsa. Então no Controle
771 e Qualidade Ambiental falta uma pessoa, FETRAF - Federação dos Trabalhadores e
772 Agricultura Familiar. Ficou uma ONG, FIEP, Secretaria da Indústria e Comércio,
773 Suderhsa e FETRAF. Ficaram cinco.

774 Na Economia e Meio Ambiente até agora ING, FAEP, SEAB, IAP. Temos mais
775 uma possibilidade. Secretaria do Planejamento?

776 O **Sr. Heitor S. França** (SEPL):- A minha área não seria específica nesta aqui,
777 gostaria de falar com o Erich que seria a pessoa mais indicada, que trabalha na área de
778 Biodiversidade, se ele participar, tem muito a dar, mas tenho de consultá-lo.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

779 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Ok. A primeira, Biodiversidade, Biomas e Educação
780 Ambiental: SOS Bicho, Secretaria de Educação, Secretaria do Estado de Meio
781 Ambiente, Faculdade Evangélica e FAEP e fica a Secretaria de Planejamento na
782 segunda, caso haja a negativa, faço a sugestão de a SEMA participar. Então estão
783 compostas as Câmaras.

784 A **Sra. Simone Tanus** (UTP):- A Faculdade Tuiuti se interessa em entrar na
785 Câmara de Economia e Meio Ambiente.

786 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- ING, FAEP, SEAB, IAP, Secretaria de Planejamento ou
787 Sema, então fica aqui, desde já, para os membros desta Câmara que se convide a
788 Faculdade Tuiuti neste processo de discussão sempre. Então estão criadas as três
789 Câmaras Temáticas.

790 O Presidente Vitor Hugo solicitou que criássemos um grupo temático dentro da
791 terceira Câmara, que é de Controle e Qualidade Ambiental, para discutirmos a
792 recuperação e proteção do entorno das represas hidrelétricas situadas na Bacia do Rio
793 Iguaçu. É uma solicitação do IAP e da Promotoria Pública de Meio Ambiente. Estamos
794 fazendo um trabalho intenso em relação às águas represadas do Estado e temos que
795 discutir o encaminhamento desta questão e o IAP, então, solicitou que criássemos um
796 grupo de trabalho para fazer, dentro do Conselho Estadual de Meio Ambiente, todo o
797 esforço necessário para tratar desse assunto. Como já é uma proposição do IAP, a
798 primeira solicitação que faço para compor esse grupo, é um grupo sem limite, mas o IAP
799 tem que se fazer presente até por solicitação.

800 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Para não se perca as
801 solicitações de ingresso, vou pedir aos conselheiros que encaminhem um e-mail para a
802 Secretaria Executiva manifestando o interesse na participação nesse grupo de trabalho.
803 Facilitaria-nos muito mais e nos daria condições de tocar mais fácil.

804 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Já deixo clara a minha intenção em
805 participar desse grupo de trabalho, até por ser dentro da bacia do Rio Iguaçu, que é o
806 nome do nosso grupo, milito em cima das águas do Rio Iguaçu, margens e influências.

807 A **Sra. Kátia Mara de Jesus** (SEED):- Em relação a este grupo, gostaria de
808 expor também que existe interesse, deve ser de conhecimento de boa parte dos
809 conselheiros, que estamos num programa de gestão integradas em microbacias e já
810 temos na região de Guarapuava uma das microbacias prioritárias, discutindo a
811 recuperação daquela área. São cinco microbacias no Estado que estão sendo feito
812 todos os trabalhos no sentido de recuperá-las. Então seria interessante que parte desse
813 grupo fizesse parte do programa de bacias, e vem desenvolvendo trabalhos,
814 principalmente na região de Corbelha, Guarapuava e no Alto Mourão.

815 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Não entendi.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

816 **A Sra. Kátia Mara de Jesus** (SEED):- Porque estamos criando um grupo dentro
817 da Câmara Temática de Controle e Qualidade Ambiental voltada às águas. Então o
818 Castella nos colocou a questão de encaminhar um e-mail.

819 **O Sr. Rasca Rodrigues**:- ... seria a Secretaria de Educação?

820 **A Sra. Kátia Mara de Jesus** (SEED):- Isso.

821 **O Sr. Rasca Rodrigues**:- Tá. Mais alguém? Temos três até agora, Castella.
822 Tuiuti? Então, Secretaria de Educação, Tuiuti, GARI, PGE, FAEP e UEPG, como não
823 tem limite, temos até agora seis representações. Mais alguém? Então está criado o
824 grupo de trabalho que vai fazer essa discussão, com a Secretaria de Educação, Tuiuti,
825 GARI, IAP, PGE, FAEP e UEPG. É um grupo grande, sob a coordenação do IAP, fica
826 criado este grupo e tem seis meses para tratar dessa questão.

827 Bom, não conseguimos resolver o problema técnico no sentido de apresentar o
828 regimento interno, é possível você apresentar? Então, o Conselheiro Rafael para relatar.

829 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Vou traçar as linhas gerais do que foi
830 feito no grupo de trabalho e como esse Regimento Interno foi disponibilizado para todos
831 os conselheiros, acredito que todos aqui presentes puderam ter contato com isso e
832 chegar a alguma conclusão e eventualmente alguma anotação, algum comentário que
833 no desdobramento do que eu for dizendo ou abrir a palavra, será pertinente ser feito.

834 Ressalto, inicialmente, que tivemos duas reuniões, dessas reuniões procuramos
835 ter uma visão geral do Regimento Interno, do que ele tratava, do que ele poderia tratar,
836 qual a origem desse Regimento Interno, onde ele foi buscado, por que, como. Partindo
837 desses princípios, verificamos que boa parte desse Regimento Interno até hoje vigente,
838 espero ser aprovado o novo anexo, ele foi extraído do CONAMA. Então, trazia várias
839 distorções em relação à legislação federal, a estrutura da legislação federal é diferente
840 da legislação estadual. Então foram suprimidas algumas situações onde a legislação
841 estadual, que cria o Conselho e o Decreto que regulamenta esse Conselho, não previa,
842 impossibilitando, via de regra, que matéria desse naipe fosse tratada no regimento, que
843 é uma norma administrativa, uma norma de como a gente vai fazer funcionar daqui para
844 frente. Então, dentro dessa norma geral primamos pela agilidade dos trabalhos,
845 diminuimos em vários dispositivos os prazos, os prazos quando puderam ser colocados,
846 tratados de forma isolados eles foram assim feitos, num capítulo próprio, o capítulo 8,
847 trata somente de prazo, foram deslocados vários dispositivos que estavam constantes
848 no desdobramento do Regimento Interno para este capítulo dos prazos e incluídas
849 algumas premissas sobre princípios, sobre situações que pudessem ser contempladas e
850 que não maculasse de ilegalidade esse Regimento Interno.

851 Posso citar algumas coisas que me lembro, não estou com a versão suja, estou
852 com a limpa, tinha feito uma versão suja e repassado para a Secretaria que era
853 justamente para saber onde estariam esses pontos, infelizmente não pude trazer essa
854 versão hoje, fui pego de imprevisto e o computador também não funcionou. Então posso

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

855 assinalar alguma coisa e após esse comentário que eu faço, abro a palavra para que
856 sejam feitos comentários pelos conselheiros aqui presentes e que tenham algo a
857 acrescentar nesta minuta.

858 O primeiro deles o nosso grupo de trabalho fez questão de tentar esclarecer o
859 que seria o bem comum – é uma expressão vaga. Todo mundo fala: Bem-comum, bem
860 público. Então é vincular isso a alguma coisa. Vincular aos princípios e garantias da
861 Constituição, seja da Constituição Estadual ou da Constituição Federal, para que
862 tenhamos, vamos dizer, uma delimitação do que seria bem-comum, do que é interesse
863 público, sempre obedecendo a norma maior, que é a norma pragmática do nosso estado
864 de direito que é a Constituição Federal e via de conseqüência a nossa Constituição
865 Estadual.

866 Então, dessa maneira, foram inseridos os Parágrafos 1º e 2º no Artigo II do
867 Regimento Interno. Uma solicitação que veio após o nosso grupo de trabalho ter
868 finalizado as considerações pertinentes, foi a da Conselheira Vânia. Ela assinalou, que o
869 nosso regimento prevê a questão de abonar falta. Como é impossível de a gente, o
870 Conselho Estadual abonar qualquer tipo de falta, foi revista a redação pra que este
871 atestado fornecido pelo Conselho sirva somente como uma justificativa e não um abono
872 para que a pessoa requeira o abono da falta. Artigo 12.

873 Foram feitas também algumas alteração a respeito do funcionamento da Câmara
874 Temática para que as pessoas que venham ser participantes dessas Câmaras
875 Temáticas tenham esse dever absorvido e possam efetivamente comparecer e dar a
876 sua contribuição. Dentre essas contribuições, o que posso assinalar aqui, é a
877 convocação, no caso, dos membros natos, de essa convocação ser feita sob pena de
878 responsabilização funcional, caso venham ser faltosos, e nos casos das entidades
879 eleitas, que tenham a possibilidade de perder essa cadeira caso falte em três reuniões
880 seguidas ou quatro alternadas. No Artigo 23, Inciso V, estou fazendo alguns
881 comentários do tudo que foi feito, não estou entrando em minúcias de detalhes, foram
882 suprimidas algumas questões por grafia do Regimento Interno que não é o caso
883 comentar.

884 O **Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia** (FAEP):- No Artigo 20, na composição: "...os
885 conselheiros titulares serão um/ou", achei meio conflitante, patronal ou trabalhador.

886 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- É um ou outro, para mim ficou claro,
887 é um representante.

888 O **Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia** (FAEP):- Está claro que é um ou outro, mas
889 e o tema? Choca, as posições às vezes são antagônicas, por isso que estou dizendo, ou
890 um de cada um ou depende da Câmara Temática.

891 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- O Conselheiro teria alguma
892 sugestão? Porque isso não foi discutido.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

893 O **Sr. Walter Horst Poniewas** (SEIM):- Esse 'ou' se refere à suplência e a
894 participação em Câmaras alternadas, tem uma matemática nesse processo aqui que um
895 fecha o outro na substituição nas diferentes Câmaras, principalmente na suplência. O
896 senhor pode ver que são só três Câmaras Temáticas, são só cinco participantes e
897 temos que manter o princípio da paridade. Então nos preocupamos bastante nessa
898 discussão e realmente as três Câmaras podem ser montadas com os membros
899 existentes, é garantida a paridade e é garantida a substituição.

900 O **Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia** (FAEP):- Eu até concordo, mas se for numa
901 Câmara Temática, o assunto é de interesse à classe patronal aí o suplente é
902 trabalhador, mas não é esse e daí? Esse choque de interesse pode haver.

903 O **Sr. Walter Horst Poniewas** (SEIM):- Os grupos de trabalhos suprem esse
904 processo.

905 O **Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia** (FAEP):- É?

906 O **Sr. Walter Horst Poniewas** (SEIM):- Com certeza.

907 O **Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia** (FAEP):- Tudo bem, já foi montado. Nem
908 houve participação da classe trabalhadora, a não ser das ONG's. No Regimento Interno
909 não havia necessidade de ter a composição do Conselho?

910 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Sim.

911 O **Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia** (FAEP):- Aqui não fala composição do
912 Conselho. Esse é o Regimento Interno do Conselho.

913 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Conselho Estadual de Meio
914 Ambiente.

915 O **Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia** (FAEP):- Não fala que é composição do
916 Conselho.

917 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Quem define é o decreto, é o decreto
918 que nomeia os membros natos e os representantes que são indicados, sociedade civil
919 organizada, federações.

920 O **Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia** (FAEP):- Seria por via do decreto do
921 governador.

922 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Por via do decreto.

923 O **Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia** (FAEP):- Ok.

924 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Então, obedecendo a essa lógica do
925 decreto que já existe, tentamos adequar em cima do decreto sem fugir a ele. A questão
926 de podermos vir a discutir o decreto por alteração do decreto seria a questão de formar
927 um grupo de trabalho especificamente para isso, mas o que primamos foi pelo
928 funcionamento e agilidade dos trabalhos aqui dentro do CEMA, embora às vezes pareça
929 conflitantes algumas cadeiras alocadas e é interessante sempre a participação. Estamos
930 abrindo para discussão justamente para que todos os conselheiros se manifestem e
931 coloquem o seu posicionamento.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

932 Retomando o assunto. A questão da Câmara de Assuntos Jurídicos que ocupa e
933 ocupava um papel de destaque dentro do regimento, repensamos na Constituição dela,
934 ela previa somente formação por bacharéis em Direito. O grupo de trabalho entendeu
935 pertinente, Artigo 25, que esse grupo de trabalho seja formado por advogados inscritos
936 na Ordem dos Advogados do Brasil. E dentro dessa Câmara de Assuntos Jurídicos, tem
937 um caráter especial, o que se questionou? A possibilidade tão e apenas somente de
938 revisar a legislação. O que for deliberado por um grupo de trabalho na Câmara Temática
939 vai ser objeto tão e apenas somente do ponto de vista legal, normativo, jamais ao
940 mérito. Jamais a Câmara de Assuntos Jurídicos vai se inserir no mérito da questão.
941 Esse mérito vai ser tratado nas outras Câmaras Temáticas ou nos grupos de trabalho.
942 Ela é uma Câmara revisora que serve exatamente para que se evite que o Conselho,
943 através da suas deliberações, cometa ilegalidade, afronte a legislação vigente no Estado
944 do Paraná e no Brasil. Dessa maneira, foram acrescentados alguns dispositivos, o Inciso D
945 e E e os Parágrafos 1º e 2º, para deixar bem claro qual a matéria de competência dessa
946 Câmara de Assuntos Jurídicos.

947 **A Sra. Ana Cláudia Graf** (PGE):- Não estou vendo o trecho que fala que tem que
948 ser na OAB. Artigo 20? Ok.

949 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Tudo bem?

950 **A Sra. Ana Cláudia Graf** (PGE):- Com relação a essa questão de não poder
951 discutir mérito nessa Câmara de Assuntos Jurídicos, mas se o mérito tiver sido tratado
952 em alguma norma legal, vai tratar de mérito e é difícil algum assunto não seja mérito em
953 matéria ambiental. Então a saída aqui é que vão deliberar em conjunto, com a Câmara
954 que propôs, pode ser! Talvez tenhamos que viver um pouquinho para vivenciar, para ver
955 como andam os trabalhos, mas acho difícil não ter uma matéria de mérito que seja
956 objeto de alguma norma legal.

957 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Posso até em parte concordar com
958 isso, porque a matéria ambiental sempre está afeta a mérito, mas a intenção da Câmara
959 Especial de Assuntos Jurídicos é tentar, dentro dessa limitação, até onde ela possa
960 atuar, em cima de uma construção normativa, técnica normativa. Obedece-se, vamos
961 supor, a hierarquia da lei, seja ela estadual, seja ela federal. Então, é uma matéria que
962 abstratamente foi tratada e vejo como pertinente começarmos a trabalhar para vermos
963 se isso funciona, se funcionará assim. É claro que não existe nada pronto e acabado,
964 sempre podemos estar sujeitos a uma alteração ou outra. O que interessa é que
965 tenhamos uma ferramenta que seja, que viabilize o nosso trabalho, para que possamos
966 dar andamento à carruagem. Essa é nossa intenção.

967 **O Sr. Rasca Rodrigues**:- Não é possível ter uma redação que contemple as
968 duas coisas? Sem excluir uma?

969 **A Sra. Ana Cláudia Graf** (PGE):- Até acho que o Parágrafo 2º do Artigo 26 traz
970 uma saída, que vão ter que se reunir. Então se o mérito for ilegal ou tiver alguma norma

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

971 vedando o conteúdo de uma proposição de resolução, as Câmaras vão ter que se reunir
972 e reelaborar o texto.

973 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- A idéia é essa. Sempre que esse
974 mérito detectado como ilegal passar pelo barramento da Câmara de Assuntos Jurídicos
975 volta para a Câmara ou para o grupo de trabalho para daí sim deliberar, pode deliberar
976 em conjunto inclusive com a Câmara de Assuntos Jurídicos.

977 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Ok. Para frente.

978 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- E a outra questão é que o regimento
979 anterior atribua a Presidência já, via regimental, a Procuradoria Geral do Estado. Eu
980 entendo que, pelo princípio democrático, chegamos num consenso no grupo, essa
981 presidência não pode ser atribuída via regimento à Procuradoria. A Procuradoria pode
982 vir a ocupar esse lugar, mas desde que eleita. Então a gente suprimiu isso do
983 regimento.

984 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Conselheiro Gava.

985 O **Sr. Roberto Gava** (FIEP):- Rafael, explique, por favor, no Artigo 25, por que
986 terá caráter especial?

987 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Justamente por tentar que ela não se
988 insira no mérito do que está sendo discutido nas outras Câmaras Temáticas ou no grupo
989 de trabalho. Vamos supor, estamos discutindo matéria de disposição final de resíduo
990 sólido urbano, como vai ser disposto, o aterro como será construído, vamos puxar a
991 norma técnica às vezes da ABNT, vamos procurar as vezes soluções técnicas para um
992 problema de fato. O que essa Câmara vai fazer? Vai verificar, depois do nosso trabalho
993 formatado, a proposição se está de acordo com a legislação estadual dos resíduos
994 sólidos urbanos, eventualmente com o decreto, a gente não tem uma legislação federal
995 sobre resíduo sólido urbano, vai verificar tudo isso sem ir ao mérito do que tratamos no
996 grupo de trabalho ou na Câmara Temática. Vai somente ver a questão da redação e se
997 essa redação, como está colocada, não vai ferir nenhuma outra norma superior a ela.
998 Porque aqui vamos deliberar via resolução, podemos deliberar por promoção, podemos
999 fazer quatro ou cinco especiais de deliberações em plenário. E essas deliberações,
1000 após, podem ser oriundas de Câmaras Temáticas ou grupos de trabalho. Então, para
1001 que não venhamos aprovar uma ilegalidade, um afronta a um princípio, a uma
1002 legislação, essa Câmara Temática só vai ver a técnica legislativa e se isso se adequa
1003 aos princípios e demais normas, não ao mérito do que foi discutido, sobre resíduo sólido
1004 urbano, no caso.

1005 O **Sr. Roberto Gava** (FIEP):- Pois é, veja que para explicar quatro palavras o
1006 quanto você não teve que falar. Isso que você falou, parte está discriminado a seguir
1007 com objetivos desta Câmara Temática e me parece que o Regimento Interno fica frágil
1008 ao conter essa expressão “que terá caráter especial”, qual é esse caráter especial?
1009 Regimento Interno já é para deixar as coisas bem ordenadas.

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1010 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- É justamente no ponto de vista
1011 abstrato que a gente pensa que esta Câmara terá essa incumbência de forma especial
1012 um pouco diferenciada, justamente por não vir na essência. Pode, por vezes, sim, ser
1013 confundida com a essência, com o mérito. A gente não sabe, a gente vai colocar o
1014 regimento que a gente espera que operacionalize o Conselho de forma um pouco mais
1015 ágil. Não foi para diferenciar ela em relação a outras, até porque esse Regimento
1016 Interno surgiu quase de uma cópia do Regimento Interno do CONAMA, onde a
1017 legislação que derivou dele é diferente da nossa aqui do Estado do Paraná.

1018 Um exemplo que posso lhe dar bem característico, esse regimento até então
1019 vigente, prevê o Conselho como grau recursal nas infrações administrativas. O senhor é
1020 autuado, o senhor recorre para a autoridade autuadora, tem o recurso negado, quem é a
1021 instância superior? Pela nossa lei no Estado do Paraná, é a Secretaria de Estado de
1022 Meio Ambiente não o Conselho. Então, quer dizer, não pode ter essa competência. Eu,
1023 particularmente, acredito que deveria ter, mas, para que isso ocorra, tem que ter
1024 alteração legislativa. Eu não posso mudar a lei por regimento. É questão de hierarquia.
1025 Então, é nesse ponto que a gente vê importantíssima a atuação da Câmara de
1026 Assuntos Jurídicos de caráter especial, justamente para que não se ocorra ilegalidade
1027 nos nossos trabalhos, sejam eles quais forem, via grupo de trabalho, Câmara Temática
1028 ou deliberações. Ficou claro?

1029 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Sobre esse artigo?

1030 O **Sr. João Luiz Rodrigues Biscaia** (FAEP):- Sobre a composição, não está
1031 designado quem vai compor.

1032 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Não. Rafael, em algum momento isso está colocado?

1033 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Não, acredito que siga a regra geral,
1034 pelo meu entender, cinco conselheiros. O problema será achar cinco conselheiros
1035 inscritos na OAB. Esse foi o ponto de início da discussão na reunião passada. Isso não
1036 é minha opinião, foi a opinião do grupo de trabalho.

1037 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Conselheiro Walter, depois a Conselheira Ana Cláudia.

1038 O **Sr. Walter Horst Poniewas** (SEIM):- Essa foi uma discussão bastante forte
1039 que tivemos e pelo caráter especial, pela constituição por advogados pela função
1040 revisora, pela garantia do nosso interesse enquanto conselheiros, enquanto Conselho,
1041 discutimos a participação da PGE não na condução, não na coordenação direta
1042 concorrendo no processo de coordenação, mas um espaço para que todas as entidades
1043 possam se fazer representar. O advogado das indústrias, o advogado das organizações
1044 não-governamentais, ao que tudo indica as ONG's devem ser representadas pela OAB,
1045 em princípio. Então, para que tenhamos uma dimensão diferente das nossas
1046 deliberações.

1047 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Então acho que, não sei se é juridicamente possível,
1048 mas deixar o caráter especial para esta situação: "Poder-se-á, como membro da

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1049 comissão, ser advogados do quadro da entidade que representa dentro do Conselho.”
1050 Não sei se isso é possível, mas acho que resolveria em parte o problema. Então a
1051 Secretaria de Estado de Indústria e Comércio do Mercosul, o Conselheiro não é
1052 advogado, mas a representação pode designar um representante com essa
1053 característica, com essa formação. Não sei se isso é possível, estou colocando uma
1054 coisa aqui para discutirmos.

1055 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Do ponto de vista ideológico foi essa
1056 a intenção, cada Conselheiro, que não seja advogado, indicar o advogado da instituição
1057 ou órgão que pertence.

1058 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Está escrito isso?

1059 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Não, não existe uma especificação.

1060 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Acho que tem que descrever isso, ali, onde diz que é
1061 constituída de caráter especial ou um Parágrafo Único dizendo “que essa
1062 excepcionalidade se dá por essa situação”, acho que tem que fazer uma redação.

1063 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Pode ser acrescido um Parágrafo 3º
1064 neste mesmo dispositivo.

1065 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Certo.

1066 A **Sra. Ana Cláudia Graf** (PGE):- Isso. Talvez pudesse ser incluído no Parágrafo
1067 3º do artigo 20: “Será composta necessariamente por advogados regularmente inscritos
1068 na OAB, indicados pelos conselheiros participantes...” tem que prever uma redação bem
1069 adequada, mas que pertença à instituição, acho que isso é importante, não pode sair
1070 contratando gente para representa-lo.

1071 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Acho interessante a idéia, a idéia que
1072 a gente tenha de formatar alguma coisa segura para o nosso trabalho.

1073 A **Sra. Ana Cláudia Graf** (PGE):- Talvez um advogado que integre a instituição
1074 que tenha assento naquela Câmara de Assuntos Legais.

1075 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- A idéia foi essa.

1076 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Conselheira Vânia.

1077 A **Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Com relação as ONG's me
1078 parece que vai ser uma grande dificuldade, porque muitas ONG's não têm advogados.
1079 Eu sou advogada e Presidente da ONG, mas não temos corpo técnico que possa fazer
1080 parte, e acredito que as outras ONG's também não, e não teríamos como contratar.
1081 Então, esse assessoramento é bem complicado, claro que é fundamental que se
1082 assessorasse todas as decisões das Câmaras com relação à legalidade. Acho que isso
1083 caberia por exemplo, o arcabouço da legislação, a própria PGE, a SEMA trazer para as
1084 Câmaras, não vejo tanta necessidade em se ter uma Câmara específica para ver a
1085 legalidade que teoricamente o Estado deveria suprir isso quando você não tem acesso,
1086 como é o caso das ONG's. No nosso caso poderíamos até indicar, mas não vamos ter

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1087 nem condições e nem capacidade, fôlego, para poder participar de todas as discussões.
1088 Esse é um problema muito sério.

1089 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- O que pensamos também tem o
1090 ponto de vista semelhante por ser advogado e não tenho interesse imediato de
1091 participar da Comissão de Assuntos Jurídicos, tenho mais interesse em participar de
1092 uma das Câmaras Temáticas diversas do que de Assuntos jurídicos, mas o que se
1093 comentou no nosso grupo de trabalho? Justamente a questão de a gente chamar a OAB
1094 para representar as ONG's. O que se cogitou foi isso, não foi uma idéia minha, mas foi
1095 uma coisa cogitada.

1096 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- AS ONG's estão cheias de advogados, o que não se
1097 tem são bacharéis em Direito, mas advogados todos são.

1098 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Ao contrário.

1099 A **Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Bacharéis todos são, advogados
1100 nem todos, porque não passaram no exame.

1101 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Está ao contrário, são todos os bacharéis.

1102 A **Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Bacharéis têm muitos, mas
1103 advogados nem tantos.

1104 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Advogados da causa. Só para ter noção de tempo,
1105 onde estamos situados, Rafael? Estamos no Artigo 20 e vamos até onde? São 76
1106 artigos. Temos algumas questões de fundo, a partir de aí ou não? O Gava tem, a Ana
1107 Cláudia tem, então vamos tentar otimizar nossa discussão para avançar na discussão
1108 do regimento.

1109 A **Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Só para concluir, acho que a
1110 questão da OAB seria importante que a OAB participasse, mas nesse caso teríamos
1111 que ter feito um contato com eles, porque eles têm uma Comissão de Meio Ambiente e
1112 acho que seria muito interessante que eles participassem, mas também não podemos
1113 atribuir a eles uma tarefa sem consultá-los.

1114 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Sim. Vamos em frente. Então vamos fazer uma
1115 redação no Artigo 20 que possa contemplar esse desejo.

1116 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- O que eu vejo de interessante e que
1117 é necessário também considerar o que foi alterado, estou dando um pulo no Regimento
1118 Interno, é a questão da Secretaria Executiva, justamente o fortalecimento dela para ela
1119 operacionalizar o rito quanto à presidência, até para ficar mais fácil os trabalhos do
1120 Presidente. E no caso, também, do Sr. Presidente não poder comparecer, não
1121 ocorrendo a reunião, ser convocada uma reunião urgente para que isso não passe em
1122 branco e não havendo possibilidade do Presidente participar dessa reunião, que seria
1123 convocada extraordinariamente, ser nomeado um Presidente "ad hoc". É uma questão
1124 que não estava prevista no regimento e acho de suma importância, porque não é

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1125 sempre que o Secretário de Estado do Meio Ambiente, que por coincidência é o
1126 Presidente do Conselho, pode se fazer presente, isso é lógico.

1127 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Acho isso até desnecessário mas ocorre, porque
1128 quando se convoca uma reunião a primeira coisa que é vista é a agenda do Secretário.
1129 Então se nesta data pode, vamos marcar. Ocorre que chega no dia pode ter uma
1130 situação em que o governador solicita a presença, e tenho dito que não existe
1131 compromisso mais importante do que com o governador e quem acha que existe, então
1132 apresenta a carta de demissão e como a gente tem juízo a gente vai correndo, porque é
1133 assim mesmo e era assim em relação às nossas faltas no Conselho Nacional de Meio
1134 Ambiente. Como as reuniões ocorriam na terça e quarta, então levava falta na terça por
1135 causa da escolinha. Aí o Ministério mandou para ele uma correspondência dizendo:
1136 “Olha, se faltar mais uma o Estado vai ficar sem voto”, e ele me ligou me dando uma
1137 bronca: “Por que eu estava faltando, um absurdo e tal”. Eu disse: “Governador, se o
1138 senhor me liberar na terça-feira, isso está resolvido”. “Continue faltando!” Então, essa é
1139 uma situação que o governador nos coloca. Então, se ocorreu acho que uma vez o fato
1140 de eu não ter vindo com certeza foi em razão disso, não me lembro agora. Mas se é
1141 possível, para não perder até a legitimidade de a reunião colocar isso, é bom. Porque de
1142 repente a reunião pode acontecer, pode ser decidido e pode ser contestado. Isso é ruim.
1143 Então se no regimento está abrigando isso, resolve bastante. Conselheiro Gava.

1144 **O Sr. Roberto Gava (FIEP):-** Já tivemos aqui neste Conselho algumas situações
1145 de sua ausência justificada e o Conselho se reuniu com a Presidência do seu Secretário
1146 Geral. Até onde eu entendo o Secretário Geral de uma Secretaria é exatamente para
1147 substituir o Secretário nos seus impedimentos. Estivemos no CONAMA e muitas vezes
1148 o Secretário Geral comandava o CONAMA, porque a Ministra estava impossibilitada. De
1149 modo que não fui ao âmago desta questão, mas me parece que o Presidente pode
1150 muito bem, nas suas ausências, ser substituído pelo Secretário respectivo.

1151 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Mas como não está claro regimentalmente, é melhor
1152 que se esclareça, ou é o Diretor Geral ou é uma escolha na reunião. Então, qualquer
1153 uma das duas soluções para mim é adequada. Acho até que melhor seria do Conselho,
1154 porque nem sempre Diretor Geral -, por exemplo, não veio hoje, então ele não sabe do
1155 assunto que foi tratado e tem que ir numa reunião representar algo que não está
1156 acompanhando. Acho melhor uma escolha aqui mesmo, designar alguém, isso está
1157 coberto regimentalmente, e a gente resolve a legitimidade o problema de quem vai
1158 coordenar e não podemos contestar as decisões. Se tiverem de acordo, passemos para
1159 frente.

1160 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (GARI):-** Só para esclarecer o Secretário não
1161 tinha essa incumbência pelo Regimento Interno e ele não é Conselheiro. Só por isso
1162 que se optou por essa situação, por outro Conselheiro. O Presidente dirige os trabalhos,
1163 mas todos aqui somos do mesmo nível. O Secretário a incumbência dele é

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1164 operacionalizar o nosso trabalho, então para que não se misture operacionalização com
1165 a condução, optamos por isso no grupo de trabalho.

1166 **O Sr. Roberto Gava** (FIEP):- Diante deste esclarecimento, a reunião dirigida pelo
1167 Secretário Geral da Secretaria está invalidada e tenho interesse nessa invalidação
1168 dessa reunião, se for dessa forma. Ou seja, repetindo, se no Regimento Interno não
1169 está estabelecido que o Cema pode ser presidido na ausência do Secretário de Estado
1170 pelo respectivo Secretário Geral, então a reunião que houve sob a direção do Secretário
1171 Geral é inválida.

1172 **O Sr. Rasca Rodrigues**:- Bom, é assunto para a Câmara de Assuntos Jurídicos
1173 ou a Dra. Ana Cláudia poderia esclarecer.

1174 **A Sra. Ana Cláudia Graf** (PGE):- As atribuições do Secretário de Estado e do
1175 seu Diretor Geral estão previstas em lei, então não vai ser um regimento que vai mudar
1176 isso. Até estou perdida, não sei qual artigo que trata disso, mas primeiro que não
1177 precisa constar porque vai estar se repetindo uma norma legal, então: “O Diretor Geral
1178 nas ausências de impedimento do Secretário do Estado o representa”, ou seja, seja no
1179 Cema, seja no Conselho de Recursos Hídricos, seja no Colit, seja onde for. Então não
1180 precisamos tratar disso, a bem da verdade.

1181 **O Sr. Rasca Rodrigues**:- Então é um assunto esclarecido, do ponto de vista
1182 jurídico. Vamos pra frente.

1183 **A Sra. Ana Cláudia Graf** (PGE):- Vamos ver qual é o artigo.

1184 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Tudo bem, concordo com isso, só
1185 que quando os dois faltam tem que ter a presidência dos trabalhos e tem que ter uma
1186 previsão.

1187 **O Sr. Rasca Rodrigues**:- Sim, na ausência dos dois, pronto.

1188 **A Sra. Ana Cláudia Graf** (PGE):- Qual artigo, por favor? Porque é uma
1189 pessoalmente especialmente designada para aquela circunstância.

1190 **O Sr. Rasca Rodrigues**:- Vamos em frente, depois voltamos nisso.

1191 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Retornando o que tinha exposto
1192 antes. Abrimos um capítulo para os prazos, esses prazos foram tratados no capítulo 08,
1193 foi criada uma regra geral para quando não existe uma previsão no Regimento Interno o
1194 prazo será de 15 dias, ressalvando que nos casos urgentes será de cinco. Justamente
1195 para evitar onde não tem prazo seja levado ao descaso e consignando isso no
1196 Regimento Interno a gente tenha a questão de obediência aos prazos. Por que isso?
1197 Para justamente disponibilizar principalmente nos veículos eletrônicos, porque um dos
1198 objetivos é divulgar, informar todos os atos do Cema, as convocações, dentro do site da
1199 internet.

1200 Recentemente estava pesquisando o site do governo do estado verifiquei que
1201 existem vários Conselhos no menu, no site do governo do estado. Não tinha apenas,
1202 pelo o que sei, o Conselho Estadual de Meio Ambiente. De pronto fiz um pedido, via

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1203 digital, para a Ouvidoria e fui atendido, está inserido dentro do site do governo do
1204 Estado do Paraná, na parte de Conselhos, o Conselho Estadual de Meio Ambiente onde
1205 você tem um link que redireciona para o Conselho Estadual de Meio Ambiente que tem
1206 um site próprio. É neste site próprio a idéia de se colocar todos os atos que são
1207 produzidos dentro do Conselho, que serão objetos de discussão, que serão objeto de
1208 convocação, para que todos tenham amplo acesso à informação e isso também foi uma
1209 questão que foi bastante discutida no nosso grupo de trabalho, objetivar a facilidade da
1210 informação.

1211 E bem no final, passando este capítulo, vamos para as disposições gerais.
1212 Nessas disposições gerais tivemos o cuidado de colocar a revogação expressa do
1213 anexo. Estou me referindo ao artigo 76, a questão da revogação expressa do anexo
1214 anterior para que não haja conflito, porque temos uma lei, a regulamentação tanto do
1215 Conselho como do Cema às vezes se conflitam, porque uma lei vem e revoga seus
1216 dispositivos em contrário, mas quais? Às vezes, por uma interpretação, você acha
1217 dispositivo que é contrário, por outra não. Então achei interessante inserir isso na
1218 redação, especificamente revogando todo o anexo anterior e passando valer este
1219 anexo, para que a gente não corra o risco de uma interpretação equivocada, como pode
1220 acontecer na questão da estrutura do Conselho Estadual de Meio Ambiente, pode ser
1221 objeto de uma discussão jurídica e na composição, seja buscar a legislação anterior.

1222 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Conselheira Vânia.

1223 **A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):-** No Artigo 38, Parágrafo Único,
1224 página 11: “Ocorrendo a hipótese do artigo anterior, seria por motivo de força maior, aí
1225 tem lá, Parágrafo Único: Na hipótese de ausência do presidente do Cema...” não sei se
1226 é isso?

1227 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (GARI):-** Exatamente.

1228 **A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):-** “Na hipótese do Presidente do
1229 Cema”, aí talvez tivesse que se acrescentar ou seu representante, “o plenário elegerá,
1230 dentre os presentes, para os fins de presidência dos trabalhos da reunião plenária, um
1231 Presidente ad hoc”, é isso? Só acrescentar na ausência do Presidente ou representante
1232 legal, que aí já remete à legislação de quem o representa.

1233 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Na verdade aqui não faz previsão, porque este
1234 Parágrafo Único está se referindo a uma reunião sem quórum. Então, não fala sobre a
1235 ausência... porque pode ser que só ele falte, tem quórum e só ele falte. O que está
1236 fazendo referência é “ocorrendo a hipótese anterior”. O que é a hipótese anterior? Falta
1237 de quórum, força maior ou falta de quórum “a reunião plenária não puder ser realizada
1238 na sua data prevista, sua realização deve ser adiada para data não posterior a quinze
1239 dias, por ocasião do regimento fixado”. Ocorrendo a hipótese do artigo anterior: “Será
1240 efetuado no prazo... convocação da reunião plenária que ocorrerá com qualquer
1241 quorum, ...” Parágrafo Único: “Em hipótese da ausência do Presidente do Cema, o

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1242 plenário elegerá, dentre os presentes e para fins de presidência dos trabalhos da
1243 reunião plena, um Presidente ad hoc.” Acho que está bem claro que é em relação a
1244 isso, essa situação. Acho que tem que fazer uma previsão independente dessa, de
1245 haver a ausência e ter quórum, portanto, não é o caso aqui.

1246 **A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Como não participei na
1247 discussão da Câmara, então a única menção que vi foi essa. Não sei se tem um outro
1248 artigo.

1249 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- O que pode ser feito é acrescentar um
1250 artigo, um Parágrafo, ressaltando essa situação e deixando o artigo claro. Criando-se
1251 um artigo, nos casos onde não houver o comparecimento do Presidente ou seu
1252 representante legal, poderá ser nomeado um Presidente ad hoc.

1253 **O Sr. Rasca Rodrigues**:- Isso. Vamos em frente. Mais alguém? Conselheira Ana
1254 Cláudia.

1255 **A Sra. Ana Cláudia Graf** (PGE):- Está completamente fora de ordem, mas tem
1256 um princípio que me incomoda lá na frente, não sei se vocês mexeram nesses
1257 princípios, vocês mexeram? Redigiram? É o Inciso V do Artigo 2º: “pelo primado da
1258 certeza científica fundamentando suas decisões no conhecimento técnico comprovado e
1259 na amplitude dos fatos em detrimento de posicionamentos acadêmicos introvertidos ou
1260 informações parciais”. Eu entendo até o que gerou este tipo de primado.

1261 **O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Uma questão de Ordem. Esse não foi
1262 mexido, acho que é interessante comentário e é pertinente da sua parte.

1263 **A Sra. Ana Cláudia Graf** (PGE):- Porque o que prevalece, salvo engano, do
1264 ponto de vista científico é justamente a incerteza. O que caracteriza o conhecimento
1265 científico é que é uma verdade refutável. Ou seja, é válido, é uma verdade, é refutável
1266 até que venha outra que a substitua. Então isso aqui é...

1267 **O Sr. Rasca Rodrigues**:- Inócuo.

1268 **A Sra. Ana Cláudia Graf** (PGE):- Nossa, parece medieval do jeito que está
1269 redigido, da forma como está redigido. Até entendo que devemos primar pelo
1270 conhecimento técnico científico em detrimento de posições econômicas, ideológicas ou
1271 políticas, mas existe a ideologia da ciência também. Então minha proposição é de
1272 exclusão desse inciso, porque vai ser difícil redigir algo que contemplem todas as
1273 variáveis, porque posicionamentos acadêmicos introvertidos podem ser interessante,
1274 podem ser válidos, por que eles valem menos? Minha proposta é de exclusão.

1275 **O Sr. Rasca Rodrigues**:- Conselheiro Walter.

1276 **O Sr. Walter Horst Poniewas** (SEIM):- Realmente esse foi um pecado, fizemos
1277 uma leitura, não mexemos nisso, mas merece a consideração. E atendendo esse fato,
1278 constatei a ausência na redação do Artigo 2º na Constituição Federal e da Constituição
1279 do Estado do Paraná. Queria incluir a Constituição Federal e gostaria de incluir também
1280 no 11º - o princípio da participação “com envolvimento”. Dentro dos princípios da

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1281 Agenda 21, exaltamos o ‘envolvimento’ por causa do compromisso gerado. Então
1282 gostaríamos de pedir a inclusão de redação de participação com o envolvimento. E
1283 gostaríamos de incluir mais um princípio que é o princípio da responsabilidade
1284 compartilhada. Ele é fundamental para que atinjamos o nosso caminho para o futuro,
1285 para que possamos cumprir nossa função enquanto do Conselho, enquanto cidadãos.

1286 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Mais algum Conselheiro? Vamos fazer a redação final.
1287 Conselheiro Gava.

1288 O **Sr. Roberto Gava** (FIEP):- Peço esclarecimento sobre o Artigo 5º, pareceu-me
1289 a redação muito truncada: “Os conselheiros na legal, quanto à sua natureza se dividem
1290 em...”.

1291 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Só esclarecimento, faltou a palavra
1292 “forma” legal. Só para esclarecer para o senhor, isso foi objeto de discussão e todo esse
1293 Regimento Interno estava feito com as alterações de forma diferente, de cor
1294 diferenciada e com traços riscando, justificado do que estava sendo suprimido e do que
1295 estava sendo renumerado. Por infelicidade não pude trazer isso hoje, não sabia que iria
1296 apresentar hoje o Regimento Interno e não trouxe essa versão suja que é o que o
1297 Conselho Nacional do Meio Ambiente, o CONAMA. Então por isso que esses erros são
1298 detectados, e outra razão de estarmos discutindo é justamente para que eles sejam
1299 apontados.

1300 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Então, pergunto ao Conselheiro se o Conselheiro
1301 recebeu o aviso de pauta dessa reunião, o convite para a reunião com o aviso de pauta
1302 e os anexos?

1303 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Sim.

1304 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Então, ele está como item de pauta o Regimento
1305 Interno.

1306 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Sim.

1307 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Ok.

1308 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Mas não tinha no item de minha
1309 pauta que eu seria apresentador e faria de bom grado.

1310 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Isso foi falha do Secretário Executivo de não lhe ter
1311 comunicado antes até porque foi a primeira cobrança que eu fiz a ele: “Cadê os pontos
1312 que estão sendo alterados para que eu tivesse uma visualização”. Então, a culpa foi do
1313 computador.

1314 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Infelizmente hoje foi do computador.

1315 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Ok. Então vamos fazer uma redação do que discutimos
1316 aqui, vamos enviar por e-mail e na próxima reunião faremos uma leitura, se tiver tudo de
1317 acordo, aprovamos.

1318 Quero também dizer do desagrado de ter recebido aqui o convite para a Festa do
1319 Carneiro no Rolete. Então temos que fazer culto à vida e não culto à morte, vou lá, como

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1320 o carneiro, mas numa reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente convidar para
1321 comer o carneiro, ele não tem culpa de nada, na verdade os responsáveis por isso
1322 somos nós. Então, Clavisso, sei que você quer que todos estejam lá, mas não podemos
1323 fazer culto à morte.

1324 A palavra está aberta para as considerações finais, Conselheira.

1325 A **Sra. Laelia Tonhozi** (Suplente) SOS BICHO:- Gostaria de compartilhar com o
1326 Secretário à sua manifestação com relação ao carneiro, realmente aqui não seria o local
1327 adequado para estarmos fazendo um festim com a vida de outros.

1328 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Conselheira Vânia.

1329 A **Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Gostaria apenas de relembrar
1330 aquela questão que ficou, não pude estar presente, foi um assunto que coloquei em
1331 pauta, com relação às PCH's e não pude estar presente, mas pelo o que fui informada,
1332 pelo que vi na ata, não foi apresentado pelo IAP nenhuma informação a respeito. Então
1333 gostaria de encaminhar novamente a solicitação.

1334 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Formalmente. Então vamos fazer isso, Castella,
1335 providenciar convocação ao Instituto Ambiental do Paraná para próxima reunião.

1336 A **Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- Não sei se o Castella fez isso ou
1337 não, mas teríamos que ter uma providência. Porque até uma questão bastante
1338 interessante, no apagar das luzes do governo anterior municipal, em janeiro, surgiu uma
1339 publicação da aprovação das PCH's, três em seqüência no Rio dos Patos, que teriam
1340 teoricamente sido aprovadas em março do ano anterior. Então pedimos para o prefeito
1341 novo e ele está nos atendendo que revogue isso, mas é uma coisa bastante séria,
1342 porque o impacto de três PCH's no mesmo rio é muito grande.

1343 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Não entendi.

1344 A **Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- O prefeito anterior de
1345 Prudentópolis...

1346 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- O IAP licenciou três PCH's no Rio dos Patos?

1347 A **Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos** (ING):- É. Pelo o que vimos publicado
1348 no jornal, no Diário Oficial, existe uma aplicação da prefeitura de três PCH's, há
1349 autorização municipal para isso. O prefeito que assumiu, comprometeu-se, porque não
1350 existe nenhum processo interno na prefeitura dizendo como eles chegaram àquela
1351 autorização, ele se comprometeu a revogar essa autorização. Mas o IAP não nos trouxe
1352 nenhuma informação, e pelo o que vi são a três quilômetros uma da outra, em torno de
1353 cinco, seis quilômetros, são muito próximas, são três PCH's uma seguida da outra no
1354 Rio dos Patos.

1355 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Tá, vamos analisar regimentalmente qual o poder que
1356 o Presidente do Conselho tem para ao invés convidar, convocar, para que seja
1357 apresentado isso, porque a excepcionalização que existe são para PCH's para
1358 autoconsumo, empresas paranaenses, desde que a área de PP não seja menor ou igual

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1359 a metade da área alagada, desde que não faça impedimento físico da subida dos peixes
1360 desde que não existam onde já existam, não tem o que se fazer. Então tem uma série
1361 de condicionantes em relação a isso.

1362 Agora, essa do Rio dos Patos, temos que olhar e acho que as PCH's como um
1363 todo e dizer que estado que está e vamos analisar a possibilidade da convocação para a
1364 próxima reunião, se for regimentalmente possível.

1365 **A Sra. Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):-** Até porque na Usina Barão do
1366 Rio Branco, que é no Rio dos Patos, existe um estudo do próprio IAP que se melhorar
1367 as máquinas você dobra a capacidade, então não tem porque fazer mais três.

1368 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Sim. Conselheiro Gava, o regimento não está
1369 aprovado, o regimento vai para uma redação, manda pra todo mundo, na próxima
1370 reunião o primeiro item de pauta é esse, o segundo item de pauta é o Projeto Poeira e aí
1371 vamos sucessivamente. Conselheiro Gava.

1372 **O Sr. Roberto Gava (FIEP):-** Sr. Presidente, numa tentativa até de aliviar a sua
1373 emoção com respeito ao carneiro, eu gostaria de prestar um esclarecimento. O carneiro
1374 é um animal em risco de extinção ou foi criado para servir de alimento?

1375 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Eu só disse que no CEMA não há espaço para se fazer
1376 o culto à morte. Só isso! Aqui temos que fazer o culto à vida, não sou contra quem come
1377 carne ou quem não come carne. Eu não sou vegetariano, eu como carne, mas não é o
1378 espaço adequado para cultuarmos a morte.

1379 **A Sra. Ana Cláudia Graf (PGE):-** Só fazer um último comentário quanto a isso,
1380 apesar de ser engraçado e tal, mas acho que aqui é um espaço heterogêneo e
1381 devíamos respeitar a adversidade também. O que caracteriza esse Conselho é
1382 justamente a adversidade e a representatividade de cada um dos integrantes. Então
1383 acho que é válido.

1384 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Clavisso, você já encontrou a sua advogada. O
1385 Clavisso é Secretário Municipal de Piraquara.

1386 **O Sr. Gilmar Zachy Clavisso (PIRAQUARA):-** É que Piraquara está entre os dez
1387 piores IDH's do Paraná. Por ser uma área de manancial, hoje temos 100% de área de
1388 manancial, não podemos ter indústria, por isso que é um município pobre. Então, uma
1389 de nossas alternativas é a indústria do turismo, é por isso que estamos criando algumas
1390 alternativas e uma dessas é o evento que atende a APPAE, atende a Associação dos
1391 Produtores e Empreendedores do Turismo, os feirantes, é uma das formas de renda que
1392 temos lá.

1393 **O Sr. Rasca Rodrigues:-** Então faço uma sugestão, para a próxima reunião você
1394 trazer o Circuito Trentino, para que todos vão lá e conheçam, que é um circuito muito
1395 interessante. Lá é frango e tivemos inclusive uma participação para que isso ocorresse e
1396 você deve estar lembrado disso. Também tem outras, além do Circuito, os cafés

MINUTA DE ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1397 coloniais que estão servindo há anos, têm muitas coisas lá, cavalgadas, então isso tem
1398 feito com que Piraquara possa ter esse incremento.

1399 O **Sr. Gilmar Zachi Clavisso** (PIRAQUARA):- A agroindústria enfim começou.

1400 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Que maravilha! Ok?

1401 O **Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo** (GARI):- Nas considerações finais, de
1402 encerramento, só gostaria de solicitar mais uma vez, em relação ao que foi comentado
1403 ao Projeto Poeira, sobre a questão do agrotóxico, BHC, que se centralizasse isso num
1404 grupo único de trabalho, seja ele onde for. Acredito que o lugar de maior pertinência,
1405 para que isso seja concentrado, seria no Cema, concentrar todos os esforços no Cema
1406 para termos a solução definitiva desse problema que é uma coisa que ontem já deveria
1407 ter sido resolvido. Acho que é de interesse do senhor, da administração, de todo mundo,
1408 uma coisa consensual.

1409 Outra questão que me incomoda bastante é a questão da gerência do Fundo
1410 Estadual de Meio Ambiente que por lei é de incumbência do IAP, mas se formos
1411 verificar a Constituição do Estado do Paraná diz que o órgão gestor do sistema vai gerir
1412 esse Fundo Estadual de Meio Ambiente e o IAP não é órgão, é autarquia, é uma
1413 imprecisão legal, é uma coisa que deve ser revista. Aí temos o decreto que prevê um
1414 comitê de recuperação dos bens ambientais lesados que pelo o que sei não está em
1415 operacionalização. É um assunto urgente de pauta, ser incluída quiçá na próxima
1416 reunião.

1417 O **Sr. Rasca Rodrigues**:- Ok. Está acatado. Mais Alguém? Então quero
1418 agradecer a presença de todos, desejando um bom retorno, que a gente a partir de
1419 agora crie uma dinâmica, quero desejar um bom trabalho às pessoas que vão trabalhar
1420 nas Câmaras Temáticas Permanentes, tanto na Câmara de Assuntos Jurídicos também,
1421 que é uma Câmara especial, e queremos que este ano tenhamos uma dinâmica muito
1422 mais acelerada, Castella. Ano passado teve eleição e tal, tivemos até uma desculpa a
1423 colocar em relação a isso, mas temos que acelerar, fazer com que haja uma
1424 participação efetiva dos conselheiros, que eles verdadeiramente dêem a sua
1425 contribuição, que encontre espaço pra isso, porque vejo ansiedade dos conselheiros em
1426 participar, em colaborar e não estamos criando espaço para que isso aconteça. Vamos,
1427 então, dar uma dinâmica diferente este ano, portanto, começa já, antes do Conselho
1428 Nacional de Meio Ambiente, porque às vezes: “Não, porque o CONAMA reúne mais”,
1429 mas nos reunimos antes e vamos criar uma dinâmica até o final do ano. Então um bom
1430 retorno, uma boa tarde a todos.